

**RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR****LÍNGUA PORTUGUESA**

(comum a todos os cargos / Q 01 à Q 06)

QUESTÃO 01: Recursos INDEFERIDOS.

Item I: O texto é absolutamente claro ao afirmar que as reivindicações pelo “fim das PMs”, embora formuladas como slogans políticos, **não** defendem a extinção da polícia, mas sim a reforma do sistema policial, sendo expressamente considerada ingênua e inconsequente qualquer interpretação que suponha a inexistência da polícia como instrumento de controle social. Em questões de interpretação textual, prevalece o “sentido construído pelo próprio autor no texto, e não leituras externas ou descontextualizadas do slogan mencionado. Assim, a assertiva I é **inequivocamente falsa**.

Item II: O item traduz com precisão a crítica do texto aos discursos punitivistas, que, ao promoverem intolerância, ódio e vingança, reproduzem a lógica da violência que afirmam combater. Embora a autora não utilize de forma literal a expressão “reprodução da violência”, o texto constrói de modo inequívoco essa ideia ao demonstrar que os discursos justiceiros e punitivistas, ao promoverem intolerância, ódio e vingança, produzem exatamente o tipo de mundo violento, arbitrário e predatório que afirmam combater, tornando-se “vítimas de sua própria visão temerária e vingativa do mundo”. A assertiva II não exige reprodução textual, mas correta inferência interpretativa, plenamente sustentada pelo encadeamento argumentativo do texto. **Portanto, a assertiva II é verdadeira, conforme indicado no gabarito.**

Item III: A descrição da “Esculachocracia” no texto evidencia a imposição de crenças e vontades particulares sem limites, com consequente degradação do pacto sociopolítico e dos referenciais éticos compartilhados. A formulação do item III constitui paráfrase fiel do conteúdo textual, não havendo qualquer extrapolação conceitual relevante. **Logo, a assertiva é verdadeira.**

Item IV: O texto afirma expressamente que ambientes de excepcionalidade tornam os indivíduos mais confortáveis com seus preconceitos e mais desavergonhados, e não o contrário, bem como não defende a restrição da participação comunitária no controle da polícia. Dessa forma, a assertiva IV é falsa, conforme corretamente apontado no gabarito.

Item V: A autora sustenta de modo inequívoco que a transformação das polícias estatais em “polícias públicas” pressupõe mecanismos de governança, responsabilização e accountability, visando reduzir os impactos nocivos da atuação policial na vida social. Assim, a assertiva V é verdadeira.

Ou seja, as cinco assertivas apresentam conteúdo claro, objetivo e compatível com o texto-base, não se verificando ambiguidade interpretativa capaz de comprometer a univocidade da questão. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar:



QUESTÃO 02: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não procede. Embora elementos como -cracia tenham origem erudita, seu emprego no português contemporâneo ultrapassa a composição clássica, funcionando produtivamente como elemento formador de substantivos abstratos, especialmente em neologismos de caráter expressivo e avaliativo. No caso de “Esculachocracia”, a estrutura base lexical + elemento formador final atende aos critérios funcionais da derivação sufixal no nível de análise exigido pela questão, além de produzir nítido efeito semântico-pragmático avaliativo, conforme corretamente apontado na assertiva. A classificação adotada pela Banca é, portanto, adequada ao contexto do texto e ao nível de exigência do exame. A classificação do elemento -cracia como sufixo, no contexto de formação de neologismos expressivos no português contemporâneo, é plenamente aceita no nível funcional e descritivo da morfologia, especialmente quando atua como elemento final fixo formador de substantivos abstratos, como ocorre em “Esculachocracia”. Não há contradição entre as assertivas I e IV. A assertiva I descreve adequadamente o processo morfológico funcional; a assertiva IV é falsa porque a formação não se caracteriza como justaposição, uma vez que não se preserva a autonomia morfológica dos elementos. Inexistem, portanto, vícios teóricos ou inconsistências que comprometam a validade da questão. Mantém-se o gabarito preliminar: alternativa (D).

QUESTÃO 03: Recursos INDEFERIDOS.

Não procede a afirmação de que a questão viola o princípio da objetividade. A interpretação de textos, especialmente no campo da análise discursiva e retórica, integra o conteúdo programático da Língua Portuguesa e constitui competência regularmente exigida em provas de concurso público. A objetividade da questão decorre da existência de marcas linguísticas claras e verificáveis, que sustentam cada uma das assertivas.

Item I: O trecho afirma explicitamente uma relação causal direta: “quem sacrificou quase uma geração inteira... foram vocês, mães que não souberam...” Tal construção estabelece uma atribuição causal simplificadora, que, por sua própria formulação absoluta e generalizante, desconsidera a multiplicidade de fatores sociais reconhecidamente envolvidos na temática tratada. Essa conclusão decorre da estrutura argumentativa do texto, e não de juízo ideológico externo, sendo plenamente identificável por meio de análise linguística e discursiva. O item I é, portanto, correto.

Item II: O próprio recurso reconhece a correção do item, ao admitir que a expressão “com todo meu respeito” funciona como estratégia de autoproteção discursiva, o que confirma o acerto da assertiva.

Item III: A expressão “sacrificar quase uma geração inteira” configura hipérbole, figura de linguagem caracterizada pelo exagero intencional com finalidade expressiva e argumentativa, claramente observável na construção do enunciado. A identificação da hipérbole decorre de critério linguístico objetivo, não dependendo de consenso subjetivo, mas do reconhecimento de um exagero semanticamente mensurável. Logo, o item III é igualmente correto.



As três assertivas encontram respaldo direto no texto apresentado e na teoria linguística e discursiva, não se verificando pluralidade de respostas corretas nem violação ao princípio da objetividade. A expressão “com todo meu respeito”, no contexto apresentado, atua como mecanismo de autoproteção discursiva, buscando legitimar críticas moralizantes e prevenir reações negativas do interlocutor. Diante da generalização e da culpabilização coletiva dirigidas a um grupo social específico, a antecipação de acusações de preconceito constitui interpretação plenamente adequada ao funcionamento discursivo do texto. A afirmativa II, portanto, é correta, assim como as afirmativas I e III, totalizando três itens verdadeiros. Mantém-se o gabarito preliminar: alternativa D.

QUESTÃO 04: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise, mantém-se o gabarito da alternativa B (F – V – F).

Item I – FALSO: A expressão “mães que não souberam escolher os seus parceiros” não exerce função de vocativo, pois integra a estrutura sintática da oração como aposto explicativo do termo “vocês”, componente do predicativo do sujeito. O vocativo é termo extraoracional, o que não ocorre no caso.

Item II – VERDADEIRO: A oração introduzida por “que” é subordinada adjetiva restritiva, por restringir o sentido de “mães” e não estar isolada por vírgulas.

Item III – FALSO: “Quem” exerce função de sujeito determinado, e a flexão verbal decorre da regência do pronome, não de indeterminação.

QUESTÃO 05: Recursos DEFERIDOS para anulação da questão.

Levando em conta que não há alternativa que corresponda a sequência correta, não resta alternativa que não seja a anulação da questão em apreço.

QUESTÃO 06: Recursos DEFERIDOS para anulação da questão.

Levando em conta que há mais de uma alternativa incorreta, não resta alternativa que não seja a anulação da questão em apreço.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS **(comum a todos os cargos / Q 07 à Q 12)**

QUESTÃO 10: Recursos INDEFERIDOS.

De acordo com os arts. 61, 62 e 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a aprendizagem é definida como uma formação técnico-profissional que deve ocorrer segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor, não se confundindo com mera orientação informal no ambiente de trabalho.

- **Adolescente A (13 anos):** encontra-se em situação irregular, pois o ECA proíbe qualquer forma de trabalho antes dos 14 anos, salvo exclusivamente na condição de aprendiz, o que não se verifica, já que ele executa tarefas operacionais noturnas, sem vínculo formal de aprendizagem.



- **Adolescente B (15 anos):** também está em situação irregular, pois, embora tenha idade mínima para o trabalho na condição de aprendiz, exerce atividades sem vínculo formal, em tarefas de risco, o que descaracteriza completamente a aprendizagem prevista nos arts. 61 a 63 do ECA, independentemente de haver proteção ou supervisão.
- **Adolescente C (16 anos):** é o único em situação regular, pois está devidamente matriculado em um programa reconhecido de formação técnico-profissional, com organização teórica e prática conforme a legislação educacional, atendendo integralmente ao conceito legal de aprendizagem previsto no ECA.

Portanto, a alternativa **(a)** é a única que interpreta corretamente o conceito jurídico de aprendizagem e a proteção ao trabalho do adolescente, estando **plenamente de acordo com os arts. 61, 62 e 63 do Estatuto da Criança e do Adolescente.**

QUESTÃO 11: Recursos INDEFERIDOS.

Análise dos itens:

Item I – Incorreto.

O ECA não assegura bolsa de aprendizagem ao adolescente até quinze anos de idade. A legislação estabelece a aprendizagem a partir dos 14 anos, e o texto legal não cria a figura de “bolsa de aprendizagem” como direito autônomo para adolescentes até 15 anos. Portanto, o item extrapola o que está previsto nos arts. 64 a 66.

Item II – Correto.

Nos termos do art. 65 do ECA, ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários, reconhecendo o vínculo jurídico próprio da aprendizagem, com proteção legal específica.

Item III – Incorreto.

O ECA não prevê adicional salarial para o adolescente portador de deficiência. A legislação assegura proteção especial e inclusão, mas não cria vantagem remuneratória diferenciada, razão pela qual o item não encontra respaldo nos arts. 64 a 66.

Item IV – Correto.

Conforme o art. 66 do ECA, é assegurado ao adolescente com deficiência o direito ao trabalho protegido, reforçando o princípio da inclusão, da dignidade e da adaptação das condições laborais às suas necessidades.

Portanto, a alternativa **(d)** é a única que reúne **exclusivamente itens compatíveis com os arts. 64, 65 e 66 do ECA.**

QUESTÃO 12: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa **B** é a única correta pois o problema identificado decorre da **ausência de mediação pedagógica qualificada e de intencionalidade crítica** no uso das tecnologias. Conforme o artigo científico: **“As Tecnologias na Educação: caminhos para uma aprendizagem mais humana”**, os recursos digitais **não produzem aprendizagem significativa por si mesmos**, sendo indispensável a atuação consciente do professor como mediador, com foco em práticas reflexivas, colaborativas e humanizadoras. O uso meramente instrumental da tecnologia tende a reduzir a autonomia, a interação e a



profundidade do aprendizado, exatamente como descrito na situação apresentada. Além disso, não há irregularidade no enunciado da questão que comprometa a sua compreensão, sendo plenamente explicativa para obtenção do gabarito correto.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
(comum a todos os cargos / Q 13 à Q 16)

QUESTÃO 13: Recursos INDEFERIDOS.

A questão está claramente prevista no conteúdo programático, pois cobra conceitos básicos de tecnologias de Internet e Intranet, protocolos de rede (TCP/IP, HTTP, HTTPS, FTP), serviços de internet (e-mail) e segurança na internet.

Os protocolos exigidos na questão (HTTPS, SFTP, SMTP, SNMP e ICMP) são aplicações diretas da pilha TCP/IP, citada expressamente no conteúdo programático, e a distinção entre versões seguras e inseguras decorre do tópico “segurança na internet”, sem extrapolação de conteúdo.

Além disso, o uso do ICMP para diagnóstico relaciona-se aos conceitos de IP e funcionamento de redes, igualmente previstos. Trata-se de aplicação prática dos conteúdos listados, com nível compatível com o edital.

Os conceitos que respondem corretamente a questão, encontram-se a seguir:

- **HTTPS** garante confidencialidade, integridade e autenticação via TLS.
- **SFTP** realiza transferência de arquivos sobre SSH, evitando credenciais em texto claro.
- **SMTP na porta 587** permite submissão de e-mails com criptografia (STARTTLS).
- **SNMPv3** é a única versão com autenticação forte e criptografia.
- **ICMP** é necessário para diagnóstico de conectividade e descoberta de MTU de caminho (PMTU).

QUESTÃO 14: Recursos INDEFERIDOS.

O conteúdo cobrado nesta questão está plenamente previsto no conteúdo programático disponibilizado pela banca examinadora, sem qualquer extrapolação.

O enunciado trata de **problemas em navegação HTTPS, envio de e-mails e monitoramento de rede**, o que se enquadra diretamente em “**Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet**”.

A identificação de **conteúdo misto (HTTP dentro de HTTPS)** decorre do estudo dos **protocolos básicos HTTP e HTTPS**, expressamente listados no edital.

A falha no envio de e-mails pela **porta 25 do SMTP** relaciona-se ao tópico “**Serviços de internet: e-mail**”, sem exigir conhecimento além do funcionamento básico do serviço.

A ausência de criptografia no monitoramento está diretamente vinculada ao tema “**Segurança na internet**”, ao exigir a compreensão de protocolos que **não oferecem proteção nativa**.

A questão cobra **aplicação prática e conceitual** de protocolos e segurança em redes, todos **explicitamente previstos no conteúdo**, em nível compatível que o certame exige.



Os conceitos que respondem corretamente a questão, encontram-se a seguir:

- O **alerta de conteúdo misto** ocorre quando uma página **HTTPS** incorpora **recursos carregados via HTTP**.
- A **porta 25 do SMTP** opera, por padrão, **sem criptografia**, sendo frequentemente bloqueada ou inadequada para envio seguro de e-mails.
- A coleta de dados **sem criptografia** em monitoramento de rede é característica do **SNMPv2c**, que não oferece mecanismos de segurança.

QUESTÃO 15: Recursos INDEFERIDOS.

A questão está integral e inequivocamente prevista no conteúdo programático, sem qualquer extrapolação, conforme demonstração objetiva a seguir.

O enunciado aborda incidentes de segurança da informação, especificamente a identificação de tipos de malware a partir de seus comportamentos. Esse ponto está expressamente previsto no programa no tópico “Tipos de ameaças: malware, ransomware, spyware”, o que, por si só, já ampara totalmente a cobrança.

O primeiro evento descreve criptografia de arquivos com exigência de pagamento, característica típica e consagrada de ransomware, termo explicitamente listado no edital. O segundo evento trata de registro de teclas e captura de credenciais, comportamento clássico de spyware, igualmente previsto de forma literal no conteúdo programático. O terceiro evento envolve dispositivos comprometidos sendo utilizados para ataques DDoS, o que corresponde ao conceito de botnet, categoria que se insere diretamente no conceito amplo de malware, também previsto.

Além disso, o contexto de ataque ocorre em ambiente de Internet e Intranet, coerente com os tópicos “Segurança na internet” e “Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet”, sem exigir conhecimentos técnicos avançados, ferramentas específicas ou configurações complexas.

A questão cobra apenas reconhecimento conceitual e associação prática de ameaças digitais comuns, em nível compatível com o certame, sem extrapolar para normas, técnicas forenses ou criptografia avançada.

Os conceitos que respondem corretamente a questão, encontram-se a seguir:

- A **criptografia de arquivos com exigência de pagamento em criptomoeda** caracteriza **ransomware**.
- O **registro contínuo de teclas e captura de credenciais** é típico de **spyware** (keyloggers).
- O uso de **câmeras IP para gerar tráfego anormal e participar de ataques DDoS** caracteriza uma **botnet**.

QUESTÃO 16: Recursos INDEFERIDOS.

A questão é tecnicamente objetiva, sem ambiguidade, pois descreve uma situação clássica e inequívoca de funcionamento da Internet. A análise de alternativa por alternativa comprova isso, vejamos a seguir:

Alternativa (a) VPN — Incorreta



A **VPN (Virtual Private Network)** cria túneis criptografados para acesso remoto seguro a redes privadas. Ela não realiza resolução de nomes, não associa domínios a servidores e não interfere na troca de hospedagem de um site público. Logo, não tem qualquer relação com a manutenção do endereço do site.

Alternativa (b) URL — Incorreta

A URL é apenas o endereço lógico digitado pelo usuário no navegador. Ela não executa função técnica de redirecionamento nem aponta servidores. A URL permanece a mesma justamente porque outro elemento (o DNS) é responsável por associá-la ao servidor correto.

Alternativa (c) DNS — Correta

O DNS (Domain Name System) é o serviço que traduz o nome do site (domínio/URL) para o endereço IP do servidor onde ele está hospedado. Quando a escola troca de empresa de hospedagem, o que muda é o servidor/IP, e não o nome do site.

A atualização do DNS permite que o mesmo endereço continue funcionando, apontando para o novo servidor. Essa é a única alternativa tecnicamente compatível com o cenário descrito.

Alternativa (d) Navegador — Incorreta

O navegador apenas solicita o acesso ao site e exibe o conteúdo ao usuário. Ele não controla hospedagem, não resolve nomes por conta própria e não mantém endereços ativos após migração de servidores. Sua função é passiva nesse processo.

CONHECIMENTOS LOCAIS
(comum a todos os cargos / Q 17 à Q 20)

QUESTÃO 17: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise criteriosa do recurso interposto contra o gabarito da questão nº 17, esta Banca Examinadora decide pelo indeferimento do pedido de anulação, mantendo a Alternativa C como a única correta, com base nos seguintes fundamentos de direito:

1. Da Primazia da Lei Orgânica Municipal no Certame

O edital do concurso estabelece que as questões de "Conhecimentos Locais" serão baseadas na legislação municipal vigente, especificamente na Lei Orgânica do Município de Piracuruca. Portanto, a validade das alternativas deve ser aferida segundo o texto expresso da referida norma, que funciona como "constituição municipal" para fins do certame.

2. Da Fundamentação Legal Expressa (Art. 6º, § 2º)

O argumento do candidato de que a exigência de plebiscito para distritos não possui amparo legal é improcedente. A Lei Orgânica de Piracuruca, no seu Título I (Da Organização Municipal), Capítulo I, Sessão II, dispõe taxativamente:

"Art. 6º [...]"



§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada."

Dessa forma, a alternativa C não apresenta vício jurídico; ao contrário, ela é uma transcrição literal do comando normativo municipal.

3. Da Competência Municipal e a Legislação Estadual

Embora o Art. 30, inciso IV, da Constituição Federal mencione que a criação e supressão de distritos deve observar a "legislação estadual", a própria Lei Orgânica de Piracuruca incorpora essa diretriz em seu Art. 11, inciso IV. Ao exercer sua autonomia legislativa para organizar o território, o Município de Piracuruca optou por estabelecer a consulta plebiscitária como condição de validade para a extinção de distritos, visando garantir a participação democrática prevista em seu Preâmbulo.

4. Resposta ao Argumento Constitucional

O recurso alega que o plebiscito é restrito à criação de Municípios (Art. 18, § 4º da CF). No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a autonomia dos municípios para organizarem seus distritos. O fato de a Constituição Federal não obrigar o plebiscito para distritos não significa que a Lei Orgânica Municipal não possa estabelecê-lo como um rito protetivo e democrático adicional dentro de sua competência de auto-organização.

Visto que a questão solicita a resposta "de acordo com a Lei Orgânica", e sendo o texto do Art. 6º, § 2º da referida lei idêntico à alternativa apontada como correta, não há erro técnico ou ambiguidade. A exigência de plebiscito para a extinção de distrito em Piracuruca é uma norma municipal vigente e eficaz.

Pelo exposto, a Banca Examinadora nega provimento ao recurso e mantém o gabarito oficial na Alternativa C.

QUESTÃO 18: Recursos INDEFERIDOS.

A Banca Examinadora, após análise da questão técnica sobre os requisitos para a criação de um novo distrito no território de Piracuruca, mantém o gabarito na Alternativa A, fundamentando sua decisão na literalidade e na aplicação obrigatória da Lei Orgânica Municipal:

1. Dos Requisitos Legais Imprescindíveis

A criação de distritos em Piracuruca não é um ato discricionário baseado apenas em vontade política; ela depende do cumprimento de requisitos quantitativos e estruturais específicos previstos no Art. 7º da Lei Orgânica. A lei exige, entre outros pontos:

Existência de Moradias: A povoação-sede deve possuir, no mínimo, cinquenta moradias.

Equipamentos Públicos: É obrigatória a existência de escola pública, posto de saúde e posto policial na sede do futuro distrito.

2. Análise do Caso Proposto



O enunciado da questão descreve uma situação em que o local proposto possui apenas 35 moradias e apresenta ausência de posto policial.

Infração ao critério quantitativo: Com 35 moradias, o projeto não atinge o mínimo legal de 50 moradias exigido pelo Art. 7º, inciso II.

Infração ao critério estrutural: A ausência de posto policial viola diretamente o requisito de segurança pública previsto na mesma norma.

3. Justificativa do Indeferimento (Alternativa A)

A Lei Orgânica estabelece que a comprovação desses requisitos é condição de validade para o processo legislativo de criação do distrito. Portanto, diante da carência de requisitos mínimos, o projeto de lei deve ser necessariamente indeferido, pois não atende às exigências cumulativas impostas pela legislação municipal.

4. Refutação das Alternativas Incorretas

Alternativa B: A lei exige a existência prévia dos equipamentos e moradias, comprovada por certidões de órgãos competentes (Art. 7º, Parágrafo Único), e não apenas uma "previsão de construção futura".

Alternativa C: O apoio da maioria dos vereadores não supre a falta de requisitos legais objetivos estabelecidos na Lei Orgânica.

Alternativa D: A criação de distritos é competência municipal (Art. 11, IV), e não ato do Estado por decreto, devendo ser feita por lei municipal após consulta plebiscitária.

Pelo exposto, a situação narrada configura descumprimento direto dos requisitos de validade para a organização administrativa distrital.

Gabarito oficial mantido: Alternativa A.

QUESTÃO 19: Recursos INDEFERIDOS.

A Banca Examinadora, após análise da questão que versa sobre o direito de participação do Município nas receitas provenientes da exploração de recursos hídricos e naturais, ratifica que a resposta correta é a Letra B, fundamentada nos seguintes pontos:

1. Da Literalidade da Lei Orgânica

A questão exige o conhecimento do Título I, Capítulo I (Do Município) da Lei Orgânica de Piracuruca. O texto legal é explícito e não deixa margem para interpretações divergentes ao estabelecer em seu Art. 3º:

"Art. 3º – São bens do Município, todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título lhe pertençam.



Parágrafo Único – É assegurado ao Município, nos termos da Lei, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais em seu território."

2. Da Natureza Jurídica do Direito

O direito questionado não nasce de "convênios" (como sugere a letra A), nem se confunde com a "competência tributária" (como sugere a letra C). Trata-se de uma compensação financeira ou participação no resultado, um direito patrimonial decorrente da exploração de recursos situados em solo municipal, conforme garantido pela simetria com o Art. 20, § 1º da Constituição Federal e expressamente reproduzido na Lei Orgânica Local.

3. Análise das Alternativas Incorretas

Alternativa (a): Incorreta. O direito à participação é assegurado por preceito constitucional e orgânico, independentemente da assinatura de convênios para sua existência jurídica.

Alternativa (c): Incorreta. O Art. 11, VII, trata da competência para "arrecadar as rendas" e "aplicar as disponibilidades", mas a fonte específica do direito à participação hídrica e mineral está descrita no Art. 3º.

Alternativa (d): Incorreta. O Art. 12 trata da competência comum entre Município, União e Estado para a prestação de serviços e proteção do patrimônio, não sendo a base jurídica para o recebimento de royalties ou participações financeiras por exploração de recursos.

Visto que o enunciado solicita a base jurídica específica contida na Lei Orgânica para o direito de participação em receitas de recursos hídricos, a Alternativa B é a única que cita corretamente o dispositivo legal (Parágrafo Único do Art. 3º) que trata especificamente desta matéria.

Gabarito mantido: Alternativa B.

QUESTÃO 20: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise da questão que aborda a competência municipal para regulamentar horários de funcionamento e critérios de higiene de estabelecimentos comerciais, esta Banca Examinadora ratifica o gabarito na Letra C, fundamentando-se nos seguintes pontos:

1. Da Competência Privativa do Município

A capacidade de legislar sobre o horário de funcionamento do comércio e sobre posturas municipais (higiene, sossego público e segurança) é o exemplo clássico da competência para tratar de assuntos de interesse local. A Lei Orgânica de Piracuruca, em seu Art. 11, estabelece as competências privativas do Município:

"Art. 11 – Compete privativamente ao Município, entre outras, as seguintes atribuições: I – Legislar sobre assuntos de interesse local; XXII – Fixar o horário de funcionamento de



estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. XXIII – Licenciar e fiscalizar a instalação e funcionamento de estabelecimentos em geral [...]."

2. Do Poder de Polícia Municipal

A regulamentação de critérios de higiene e horários é uma manifestação do Poder de Polícia administrativo do Município. Ao contrário do que sugere a alternativa (b), não se trata de uma competência comum onde todos os entes legislam de forma idêntica, mas de uma prerrogativa específica do Município para organizar a vida urbana e as atividades econômicas dentro de seu território.

3. Análise das Alternativas Incorretas

Alternativa (a): Incorreta. A União não detém competência exclusiva sobre o funcionamento do comércio local; tal entendimento feriria o pacto federativo e a autonomia municipal.

Alternativa (b): Incorreta. Embora o Art. 12 da Lei Orgânica trate de competências comuns (como saúde e assistência), a fixação de horários comerciais e regulação específica de posturas locais é listada no Art. 11 como competência privativa.

Alternativa (d): Incorreta. A competência não é meramente suplementar (executar leis alheias). O Município possui competência originária para dispor sobre sua organização comercial e administrativa local.

4. Jurisprudência Consolidada

Vale ressaltar que o entendimento da questão está em perfeita harmonia com a Súmula Vinculante nº 38 do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina: "É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial".

A questão exige a identificação da base legal na Lei Orgânica que sustenta a autonomia municipal. A Alternativa C é a única que correlaciona corretamente a ação descrita à competência privativa por interesse local prevista no Art. 11 da norma local.

Gabarito mantido: Alternativa C.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS **(Conhecimentos específicos)**

QUESTÃO 17: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (d), e a resolução não apresenta qualquer ambiguidade, pois cada descrição experimental corresponde diretamente a uma definição clássica e inequívoca de propriedade física.

Análise técnica, amostra por amostra:

Amostra A — maleabilidade

- *Descrição:* “ao ser batida com martelo, transforma-se em lâminas muito finas sem apresentar trincas”.



- *Propriedade envolvida*: maleabilidade, definida como a capacidade de um material de ser deformado em lâminas sob ação de compressão.
- A informação adicional sobre condução elétrica é acessória e não descaracteriza a propriedade predominante observada no ensaio mecânico.

Não há margem para confusão com ductilidade, pois esta se refere à formação de fios, não de lâminas.

Amostra B — ductilidade

- *Descrição*: “submetida a um ensaio de tração, alonga-se consideravelmente formando fios longos antes de ocorrer a fratura”.
- *Propriedade envolvida*: ductilidade, que é a capacidade de um material de sofrer deformação plástica sob tração, formando fios.
- A baixa resistência à penetração apenas indica baixa dureza, mas não é o fenômeno central descrito no ensaio.

A formação de fios elimina qualquer possibilidade de interpretação como maleabilidade.

Amostra C — viscosidade

- *Descrição*: “quando fundida, seu escoamento através de um orifício estreito é extremamente lento”.
- *Propriedade envolvida*: viscosidade, definida como a resistência de um fluido ao escoamento.
- A atração por ímã ocorre no estado sólido, mas o fenômeno predominante analisado no ensaio descrito refere-se ao comportamento no estado líquido, o que torna a viscosidade a propriedade correta.

Não há conflito conceitual, pois magnetismo não explica a dificuldade de escoamento.

Eliminação das alternativas incorretas

- **(a) incorreta**: confunde propriedades mecânicas com elétricas e térmicas, ignorando as evidências experimentais centrais.
- **(b) incorreta**: solubilidade não foi testada em nenhuma amostra, tornando a alternativa tecnicamente inválida.
- **(c) incorreta**: inverte conceitos fundamentais (ductilidade × maleabilidade) e atribui magnetismo como propriedade predominante sem respaldo experimental principal.

A alternativa (d) associa de forma precisa, direta e conceitualmente correta cada amostra à sua propriedade física predominante, sem sobreposição de definições, pois cada descrição experimental é compatível com uma única propriedade física clássica.

QUESTÃO 24: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (d), e a resolução não apresenta qualquer ambiguidade ou imprecisão, pois cada etapa do fenômeno descrito corresponde inequivocamente a um modo específico de transferência de calor, conforme as definições clássicas da Física Térmica.

Análise técnica, etapa por etapa

Do vapor de água para a parede interna da tubulação

- O vapor de água está em movimento no interior da tubulação.



- Quando há escoamento de fluido, o mecanismo de transferência de calor é, por definição, convecção.

Portanto, o calor é transferido do vapor para a parede metálica por convecção (forçada).

Através da parede metálica da tubulação

- A parede da tubulação é um sólido.
- A transferência de calor no interior de sólidos ocorre por condução, devido à interação molecular e ao movimento de elétrons livres (em metais).

Logo, o calor se propaga por condução através da espessura da parede.

Da superfície externa da tubulação para o ar ambiente

- A superfície externa aquecida emite energia térmica para o ambiente na forma de ondas eletromagnéticas, processo que independe da presença de um meio material.
- Esse mecanismo é a radiação térmica.

Assim, a energia térmica é transferida diretamente da superfície externa para o ar por radiação.

Análise das alternativas incorretas

(a) incorreta: atribui condução ao vapor (fluido em movimento), o que contraria a definição de condução.

(b) incorreta: menciona convecção no sólido, mecanismo fisicamente impossível.

(c) incorreta: inverte a direção dos processos e atribui radiação interna como mecanismo predominante, o que não é compatível com o fenômeno descrito.

A alternativa (d) descreve de forma precisa, sequencial e conceitualmente correta os mecanismos predominantes de transferência de calor no sistema analisado.

Cada etapa do processo está ancorada em uma definição física inequívoca, o que garante que não há qualquer margem para interpretação ambígua.

QUESTÃO 25: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (c), e a resolução não apresenta qualquer ambiguidade ou imprecisão, pois o fenômeno descrito está diretamente associado aos fundamentos físicos da convecção e ao significado do coeficiente convectivo h .

Análise técnica do fenômeno observado:

Papel do coeficiente de convecção h

O coeficiente de transferência de calor por convecção h depende essencialmente das condições da camada limite do fluido, sendo influenciado por:

- regime de escoamento (laminar ou turbulento);
- propriedades do fluido;
- geometria da superfície de contato;
- grau de mistura do fluido próximo à parede.

Ele não é uma propriedade do material da parede, mas sim do processo de interação fluido-superfície.

Alternativa (c):

“O aumento da rugosidade promove maior turbulência na camada limite do fluido, melhorando a mistura e elevando o coeficiente convectivo h .”



- A rugosidade da parede perturba o escoamento do fluido, favorecendo a transição para regime turbulento ou intensificando a turbulência já existente.
- A turbulência reduz a espessura da camada limite térmica, melhora a mistura do fluido e aumenta a taxa de troca de energia entre o fluido e a parede.
- Como consequência direta, ocorre a elevação do coeficiente convectivo h .

Essa relação é consagrada na teoria da convecção e amplamente confirmada experimentalmente.

Análise das alternativas incorretas

(a) incorreta: a condutividade térmica da parede não define o valor de h , que é um parâmetro do escoamento do fluido, não do sólido.

(b) incorreta: radiação térmica é um mecanismo independente da convecção e não explica a elevação do coeficiente convectivo.

(d) incorreta: atribui à rugosidade efeitos sobre a condutividade do fluido e sobre condução, confundindo mecanismos distintos de transferência de calor.

A alternativa (c) é a única que explica de forma correta, direta e fisicamente consistente o aumento do coeficiente de convecção h em função da rugosidade da parede.

QUESTÃO 27: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (c), e a resolução não apresenta qualquer ambiguidade ou imprecisão, pois o fenômeno descrito corresponde exatamente à definição física de batimento sonoro.

Análise conceitual do fenômeno:

O enunciado descreve as seguintes características essenciais:

- Duas fontes sonoras simultâneas;
- Frequências muito próximas, mas não iguais;
- Intensidade constante dos instrumentos;
- Percepção de variações periódicas de intensidade (som ora mais forte, ora mais fraco).

Esse conjunto de condições define, de forma inequívoca, o fenômeno dos batimentos.

Alternativa (c):

“Batimento, pois ocorre interferência construtiva e destrutiva alternada entre ondas de frequências ligeiramente diferentes.”

- Quando duas ondas sonoras de frequências próximas se superpõem, ocorre interferência.
- Em determinados instantes, as ondas se reforçam (interferência construtiva), aumentando a intensidade percebida.
- Em outros instantes, se anulam parcialmente (interferência destrutiva), diminuindo a intensidade percebida.
- O resultado é uma variação periódica da intensidade sonora, percebida como um som pulsante.

Trata-se de um fenômeno bem definido, exclusivo e classicamente descrito na Física das Ondas.



Por que não há ambiguidade na resolução:

O fenômeno descrito:

- não envolve reflexão (eliminando eco e reverberação);
- não envolve amplificação permanente por frequência natural (eliminando ressonância);
- depende exclusivamente da superposição de ondas com frequências próximas.

Logo, apenas um fenômeno físico atende simultaneamente a todas as condições do enunciado.

Análise das alternativas incorretas:

(a) Ressonância — incorreta: ocorre quando uma frequência externa coincide com a frequência natural de um sistema, resultando em amplificação sustentada, o que não é descrito no problema.

(b) Reverberação — incorreta: depende da reflexão do som em superfícies, não da interação entre fontes sonoras.

(d) Eco — incorreta: exige atraso temporal perceptível entre emissão e reflexão, inexistente no cenário apresentado.

A alternativa (c) identifica corretamente o fenômeno de batimento, explicando de forma completa e conceitualmente rigorosa a variação de intensidade sonora percebida.

QUESTÃO 30: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (d), e a resolução não apresenta qualquer ambiguidade ou imprecisão, pois descreve com rigor fisiológico o mecanismo clássico de regulação hormonal do cálcio sanguíneo, amplamente consolidado na Biologia Humana e na Fisiologia Endócrina.

O enunciado destaca dois elementos centrais e inequívocos:

- a manutenção da homeostase do cálcio no sangue;
- a atuação de dois hormônios com efeitos opostos.

Esse controle é exercido, de forma clássica, pelo paratormônio (PTH) e pela calcitonina, cujas ações são antagônicas e complementares.

Alternativa (d):

O paratormônio, secretado pelas paratireoides, aumenta o cálcio no sangue, e a calcitonina, produzida pela tireoide, atua reduzindo seus níveis.

Paratormônio (PTH)

- Produzido pelas glândulas paratireoides;
- Atua aumentando a concentração de cálcio no sangue, por meio da liberação de cálcio dos ossos, maior reabsorção renal e estímulo indireto à absorção intestinal.

Calcitonina

- Produzida pela tireoide;
- Atua reduzindo o cálcio sanguíneo, favorecendo sua deposição nos ossos.

Essa descrição está integralmente alinhada aos fundamentos fisiológicos e corresponde exatamente ao mecanismo mencionado no enunciado.

As demais alternativas não atendem ao enunciado da questão, sendo correta somente a alternativa D.



QUESTÃO 32: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise minuciosa da questão, a banca examinadora entende que não há qualquer equívoco em seu enunciado, sendo o seu comando, claro, objetivo e isento de qualquer vício. **Gabarito correto: alternativa B.**

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a (b), e o gabarito é juridicamente incontestável, pois decorre diretamente das competências expressamente atribuídas à União pela Lei nº 9.394/1996 (LDB), não havendo qualquer ambiguidade interpretativa.

A **LDB**, em seu **art. 9º**, define de forma clara e objetiva as atribuições da União no âmbito da educação nacional. Destacam-se, especialmente:

- **Art. 9º, inciso I**

“A União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.”

- **Art. 9º, inciso IV**

“A União estabelecerá, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.”

- **Art. 9º, inciso VII**

“A União prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo função redistributiva e supletiva.”

Esses dispositivos demonstram que a União não apenas pode, mas deve:

- definir diretrizes gerais da educação nacional, inclusive do ensino médio;
- elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE);
- prestar assistência técnica e financeira aos demais entes federados, especialmente para assegurar a universalização da educação básica.

(a) incorreta: atribui aos Estados competências exclusivas que a LDB expressamente confere à União, violando o art. 9º.

(c) incorreta: ignora que a União estabelece diretrizes gerais, ainda que os sistemas estaduais tenham autonomia para organização pedagógica.

(d) incorreta: contraria frontalmente o art. 8º da LDB, que institui o regime de colaboração entre União, Estados, DF e Municípios em todos os níveis da educação, e não apenas no ensino superior.



PROFESSOR DE CULTURA DIGITAL
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 25: Recursos INDEFERIDOS.

A resolução da questão está **inteiramente correta, precisa e coerente**, não apresentando qualquer incorreção conceitual, factual ou interpretativa, conforme os referenciais teóricos sobre Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

- **A afirmativa I** descreve adequadamente o Moodle como um ambiente de software livre, disponível gratuitamente na Web, cuja finalidade central é a gestão de cursos e o apoio à aprendizagem online, o que corresponde fielmente às características do ambiente.
- **A afirmativa II** está correta ao caracterizar o TelEduc, desenvolvido na UNICAMP, como um AVA que concebe a aprendizagem a partir da resolução de problemas, apoiada por múltiplos recursos digitais e de comunicação, conforme sua proposta pedagógica original.
- **A afirmativa III** também está correta ao destacar o Rooda, da UFRGS, como um ambiente com interface centrada no usuário, que possibilita personalização de conteúdos, integração de ferramentas, incentivo à interação e acompanhamento do processo de aprendizagem, elementos que constituem seus principais diferenciais.

Dessa forma, **todas as afirmativas estão corretas**, justificando plenamente a escolha da alternativa **(d)**.

QUESTÃO 31: Recursos INDEFERIDOS.

A resolução da questão está plenamente correta, sem qualquer incorreção normativa ou imprecisão conceitual, estando em estrita conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD). O artigo 2º da LGPD elenca expressamente os fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais no Brasil, entre os quais se destacam, de forma literal:

- a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

A alternativa (b) reúne exclusivamente fundamentos previstos na LGPD, sem acrescentar princípios externos ou conceitos que não constam do rol legal, atendendo com rigor ao comando do enunciado.

As demais alternativas apresentam elementos **estranhos ao rol de fundamentos do art. 2º**, como eficiência administrativa, segurança jurídica, interesse público ou sigilo profissional, razão pela qual estão corretamente excluídas.

Dessa forma, a escolha da alternativa **(b)** é **juridicamente precisa, tecnicamente adequada e irretocável**.

QUESTÃO 37: Recursos INDEFERIDOS.

A resolução da questão está juridicamente correta, precisa e plenamente alinhada à Lei nº 9.394/1996 (LDB), não havendo qualquer incorreção normativa ou imprecisão conceitual.



Nos termos dos **arts. 16 e 18 da LDB**, os sistemas de ensino são organizados da seguinte forma:

O sistema municipal de ensino compreende:

- as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- os órgãos municipais de educação.

As instituições privadas de ensino fundamental e médio não integram o sistema municipal, mas sim o sistema estadual de ensino, ainda que estejam localizadas no território do município.

Dessa forma, o decreto municipal descrito no enunciado extrapola a competência conferida pela LDB, ao pretender incluir todas as instituições privadas de ensino fundamental e médio no sistema municipal de ensino, o que não é autorizado pela legislação federal.

A alternativa (c) expressa exatamente essa limitação legal ao afirmar que a medida contraria a LDB, pois o sistema municipal abrange as instituições públicas municipais e as instituições privadas de educação infantil, mas não alcança as instituições privadas de ensino fundamental e médio.

As demais alternativas incorrem em erro por:

- pressuporem subordinação automática de todas as instituições ao município;
- restringirem indevidamente a abrangência do sistema municipal;
- ou condicionarem a medida a convênios inexistentes na LDB para essa finalidade.

Assim, o gabarito **(c)** está **tecnicamente correto, juridicamente fundamentado e isento de qualquer equívoco conceitual e legal**, refletindo com exatidão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

A resolução da questão está inteiramente correta, precisa e em absoluta conformidade com a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), não apresentando qualquer incorreção legal ou imprecisão conceitual.

De acordo com o art. 21 da LDB, a educação escolar brasileira compõe-se dos seguintes níveis:

Educação básica, formada por:

- **Educação infantil;**
- **Ensino fundamental;**
- **Ensino médio.**
- **Educação superior.**

Assim:

O **item I** está correto, pois a educação básica inclui a educação infantil.

Os **itens II e III** estão corretos, pois o ensino fundamental e o ensino médio integram a educação básica.

O **item V** está correto, pois o ensino superior constitui o outro nível da educação escolar.



O **item IV** (Ensino técnico profissionalizante) está incorreto no contexto da questão, pois, segundo a LDB, a educação profissional e tecnológica não é um nível de ensino, mas sim uma modalidade, que pode articular-se com diferentes níveis (especialmente o ensino médio e a educação superior).

Dessa forma, a alternativa (d) é a única que apresenta exclusivamente os itens que correspondem aos níveis que compõem a educação escolar, conforme definido expressamente na legislação.

A resposta está juridicamente exata, conceitualmente correta e isenta de qualquer equívoco conceitual e legal, refletindo fielmente o texto legal da LDB.

QUESTÃO 40: Recursos INDEFERIDOS.

A resolução da questão está plenamente correta, juridicamente precisa e em estrita consonância com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), não havendo qualquer incorreção normativa ou imprecisão conceitual.

Esse erro de grafia na alternativa “B” não interfere na resolução da questão nem compromete o gabarito.

Mesmo desconsiderando o equívoco na escrita por extenso, a alternativa permanece incorreta por razão jurídica substancial, pois:

A Lei nº 9.394/1996, após as alterações legislativas, estabelece para a educação infantil carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por no mínimo 200 dias de trabalho educacional.

A alternativa menciona 550 horas, o que já a torna manifestamente incompatível com a LDB, independentemente da inconsistência entre “180” e “duzentos”.

Portanto:

O erro na escrita por extenso não gera ambiguidade interpretativa relevante;

Não há prejuízo à compreensão do item;

O fundamento da incorreção da alternativa está na carga horária anual, e não no número de dias;

Assim, não há qualquer impacto na validade da questão nem no gabarito.

Conclusão:

A questão permanece correta e válida, pois o erro é irrelevante para a resolução da questão e não compromete a análise exigida do candidato.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA (Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 21: Recursos INDEFERIDOS.

O enunciado da questão é correto, claro e tecnicamente preciso, pois:

Apresenta duas situações distintas de orientação espacial:

- Navegação em área natural pouco mapeada, sem GPS, com uso da observação solar e determinação de azimute.



- Orientação em espaço urbano consolidado, por meio de referências espaciais convencionais (“zona norte”, “zona oeste”).

Utiliza conceitos consagrados da Geografia:

Orientação absoluta (baseada em referenciais fixos e universais, como astros e pontos cardeais).

Orientação relativa (baseada em convenções sociais, culturais ou locais).

Não exige conhecimentos externos ou subjetivos, apenas **domínio conceitual** de orientação e localização.

Portanto, o enunciado está bem delimitado, coerente e isento de ambiguidade.

- **Alternativa (a) – Incorreta:**

Estabelece uma falsa equivalência entre orientação astronômica e divisões urbanas, atribuindo rigor técnico semelhante a referências que não possuem validade universal nem o mesmo grau de precisão.

- **Alternativa (b) – Correta:**

Distingue adequadamente a orientação absoluta, baseada em referencial astronômico (Sol), da orientação relativa, fundamentada em convenções espaciais locais (zonas urbanas).

- **Alternativa (c) – Incorreta:**

Confunde variação sazonal do movimento aparente do Sol com relatividade espacial e classifica erroneamente as zonas urbanas como orientação absoluta.

- **Alternativa (d) – Incorreta:**

Equipara de forma indevida um referencial natural (Sol) a divisões administrativas locais, atribuindo-lhes reconhecimento geográfico internacional inexistente.

Gabarito: alternativa (b).

QUESTÃO 24: Recursos INDEFERIDOS.

O enunciado é tecnicamente correto, bem contextualizado e conceitualmente preciso, pois:

- Situa o candidato em um contexto histórico real: a regionalização clássica “países desenvolvidos × subdesenvolvidos”, amplamente utilizada no pós-Segunda Guerra Mundial.
- Introduz um problema epistemológico atual da Geografia: a revisão crítica dessa classificação por organismos internacionais, como a ONU.
- Direciona a resposta para a crítica conceitual contemporânea, e não para dados pontuais ou interpretações subjetivas.
- Exige compreensão teórica, não memorização.

Não há ambiguidades, nem pressupostos implícitos indevidos. O comando está claro e bem delimitado.

Alternativa (a) – CORRETA

“A classificação dicotômica pressupõe que todos os países subdesenvolvidos seguirão linearmente o caminho dos países considerados modelo, desconsiderando trajetórias múltiplas e distintas de desenvolvimento.”



Se encontra plenamente correta, pois expressa a crítica central feita pela Geografia contemporânea e por organismos internacionais:

- A regionalização “desenvolvido/subdesenvolvido” carrega uma **visão evolucionista e linear do desenvolvimento**.
- Supõe que todos os países deveriam seguir o mesmo percurso histórico dos países centrais.
- Ignora **trajetórias próprias**, contextos históricos, coloniais, políticos e culturais distintos.

Essa crítica fundamenta a adoção de classificações mais complexas (países de renda média, IDH, países emergentes etc.).

As demais alternativas não satisfazem o comando da questão de forma precisa.

Gabarito: alternativa (a).

QUESTÃO 25: Recursos INDEFERIDOS.

O enunciado é **conceitualmente correto, atual e bem estruturado**, pois:

- Situa o candidato em um debate central da geopolítica contemporânea: a reconfiguração da ordem mundial no século XXI.
- Apresenta elementos empíricos e teóricos amplamente reconhecidos na literatura geopolítica:
 - Ascensão econômica e geopolítica da China;
 - Questionamento da hegemonia dos Estados Unidos;
 - Intensificação de conflitos regionais;
 - Crises globais sistêmicas (pandemia, mudanças climáticas, energia).
- Formula um comando claro (“pode ser compreendida como”), exigindo capacidade de síntese conceitual, e não opinião.

Não há termos vagos, pressupostos indevidos ou inconsistências históricas. O enunciado conduz de forma inequívoca à interpretação correta.

Alternativa (c) – CORRETA

“Uma transição para um sistema multipolar, no qual diferentes países e blocos regionais compartilham capacidade de influência global, reduzindo o predomínio de qualquer superpotência isolada.”

Se encontra plenamente correta, pois:

- Expressa com precisão a interpretação predominante na Geografia Política e nas Relações Internacionais contemporâneas.
- Reconhece a dispersão do poder global, com atuação relevante de:
China, União Europeia, Rússia, Índia, blocos regionais e atores não estatais.
- Está em perfeita consonância com os elementos apresentados no enunciado.

É a única alternativa que **integra coerentemente todos os fatores citados**.

QUESTÃO 33: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa **correta é a letra (c)**.

A areia fluvial é classificada como recurso mineral renovável, porém sua renovabilidade depende do equilíbrio entre o ritmo de extração e a capacidade natural de reposição do sistema fluvial. Quando a exploração ocorre de forma descontrolada, como descrito no



enunciado, há escassez regional do recurso e intensificação de impactos ambientais, como erosão das margens e danos à infraestrutura e às populações ribeirinhas.

As demais alternativas são incorretas porque:

- (a) ignora os limites da capacidade de reposição natural;
- (b) classifica erroneamente a areia como recurso não renovável;
- (d) nega, de forma equivocada, a possibilidade de degradação ambiental associada à exploração de recursos renováveis.

QUESTÃO 34: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa correta é a letra (a).

A estratégia descrita é coerente com os princípios da sustentabilidade agrícola, pois o uso racional de fertilizantes minerais, aliado ao monitoramento do solo, permite evitar desperdícios, reduzir contaminação, minimizar processos de degradação (como salinização e perda de fertilidade) e manter a produtividade ao longo do tempo.

As demais alternativas estão incorretas porque:

- **(b)** afirma erroneamente que fósforo e potássio são ilimitados e ambientalmente inofensivos;
- **(c)** desconsidera que, no ensino de Geografia, fertilizantes minerais são frequentemente tratados como recursos renováveis sob manejo adequado;
- **(d)** apresenta uma solução absolutista e tecnicamente equivocada, pois a sustentabilidade não exige a eliminação total de fertilizantes minerais, mas seu uso racional.

A questão não apresenta erro conceitual pois está plenamente alinhada aos fundamentos da Geografia econômica e ambiental, especialmente no tratamento didático e científico dos recursos minerais utilizados na agricultura.

QUESTÃO 35: Recursos INDEFERIDOS.

O enunciado é correto, claro e tecnicamente consistente, pois:

- Apresenta uma situação realista e recorrente na gestão urbana contemporânea: a geração de resíduos da construção civil.
- Relaciona explicitamente custos econômicos, impactos ambientais e políticas públicas, o que exige análise geográfica integrada.
- Descreve uma prática reconhecida pela literatura e pela legislação ambiental: reciclagem de resíduos minerais para uso em pavimentação.
- O comando (“Com base na situação abordada...”) é objetivo e direciona o candidato a avaliar a adequação ambiental da medida.

Não há termos ambíguos, generalizações indevidas ou informações contraditórias.

Alternativa (a) – Incorreta:

Concreto, tijolos e cerâmicas podem ser reaproveitados como agregados, especialmente em pavimentação, não havendo perda irreversível que inviabilize seu uso.

Alternativa (b) – Correta:

A reciclagem de resíduos da construção civil reduz a extração de minerais renováveis e está alinhada aos princípios da sustentabilidade e da economia circular.

Alternativa (c) – Incorreta:



Generaliza de forma equivocada ao classificar todos os resíduos da construção como não renováveis, ignorando a origem mineral renovável de muitos deles.

Alternativa (d) – Incorreta:

A reciclagem mineral não é ambientalmente neutra, pois reduz diretamente a demanda por extração de recursos naturais.

QUESTÃO 39: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa **correta é a letra (b)**.

Justificativa técnica, com base na LDB (Lei nº 9.394/1996):

- **Item I – Correto:**

O art. 16, incisos II e III, estabelece que os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem as instituições de ensino mantidas pelo respectivo poder público.

- **Item II – Incorreto:**

As instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal integram o sistema federal de ensino, conforme o art. 16, inciso I, e não os sistemas estaduais, ainda que haja cooperação ou supervisão.

- **Item III – Correto:**

O art. 16, inciso II, dispõe que as instituições de ensino fundamental e médio mantidas pela iniciativa privada integram os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

- **Item IV – Correto:**

Os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal integram seus respectivos sistemas de ensino, conforme previsão expressa da LDB.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 21: Recursos INDEFERIDOS.

A função apresentada no enunciado da questão é:

$$f(x) = \log_{(x+1)}(2x^2 - 5x + 2).$$

Para que $f(x)$ esteja definida nos reais, devem ser satisfeitas simultaneamente as condições fundamentais dos logaritmos:

Argumento positivo:

$$\begin{aligned} 2x^2 - 5x + 2 > 0 &\Rightarrow (2x - 1)(x - 2) > 0 \\ \Rightarrow x < \frac{1}{2} \text{ ou } x > 2. \end{aligned}$$

Base positiva e diferente de 1:

$$x + 1 > 0 \Rightarrow x > -1, x + 1 \neq 1 \Rightarrow x \neq 0.$$

Fazendo a interseção das condições:



de $x < \frac{1}{2}$ com $x > -1$ e $x \neq 0$, resulta $-1 < x < \frac{1}{2}$, com $x \neq 0$;
de $x > 2$, todas as condições já são satisfeitas automaticamente.
Logo, o domínio é:

$$\{x \in \mathbb{R} \mid -1 < x < \frac{1}{2} \text{ ou } x > 2, x \neq 0\},$$

Que corresponde exatamente à alternativa (a).

- O enunciado explicita corretamente que base e argumento devem atender às propriedades dos logaritmos reais.
- Todas as alternativas são plausíveis e distinguem claramente cada restrição, evitando ambiguidade.
- Há uma única alternativa correta (**Letra A**), sem sobreposição indevida entre opções.
- O uso de intervalos e exceções ($x \neq 0$) está coerente e consistente.

QUESTÃO 22: Recursos DEFERIDOS para anulação da questão.

Em virtude de um equívoco na notação matemática das expressões apresentadas no enunciado da questão, a banca examinadora entende que esse equívoco poderia causar mais de uma interpretação para a sua resolução, portanto, defere-se a solicitação de anulação da referida questão.

QUESTÃO 23: Recursos INDEFERIDOS.

Para determinar o período da função $f(x) = \frac{1+\tan(x)}{1-\tan(x)}$, vamos analisar suas propriedades.

- **Identidade trigonométrica útil:** A função dada se assemelha à identidade:

$$\frac{1 + \tan(x)}{1 - \tan(x)} = \tan\left(x + \frac{\pi}{4}\right)$$

- Essa identidade é válida para os valores de x onde $\tan(x)$ está definida.
- **Período da tangente:** A função $\tan(x)$ tem período π , ou seja:

$$\tan(x + \pi) = \tan(x)$$

- **Aplicando à função composta:** Como $f(x) = \tan\left(x + \frac{\pi}{4}\right)$, o período de $f(x)$ é o mesmo da tangente: π .

Alternativa correta (b).

QUESTÃO 25: Recursos INDEFERIDOS.

Escrevendo o número complexo apresentado no enunciado da questão em sua forma polar,

$$z = r(\cos \theta + i \sin \theta),$$

temos:

$$z^2 = r^2(\cos 2\theta + i \sin 2\theta) \text{ e } |z| = r \Rightarrow |z^2| = r^2 = r^2(\cos \theta + i \sin \theta).$$



A equação dada é:

$$z^2 + |z|z = 0 \Rightarrow r^2[(\cos 2\theta + i\sin 2\theta) + (\cos \theta + i\sin \theta)] = 0.$$

Dessa forma, surgem dois casos:

1º caso — $r = 0$:

Temos diretamente $z = 0$, que é uma solução.

2º caso — $r \neq 0$:

Podemos dividir a equação por r^2 , obtendo:

$$\cos 2\theta + \cos \theta = 0 \quad \sin 2\theta + \sin \theta = 0.$$

Essas igualdades são satisfeitas para:

$$\theta = 0 \text{ ou } \theta = \pi,$$

o que corresponde aos números complexos reais unitários:

$$z = 1 \text{ e } z = -1.$$

Logo, as soluções complexas distintas da equação são:

$$z = 0, z = 1, z = -1.$$

Portanto, a equação admite exatamente três soluções complexas, **justificando corretamente a alternativa (c)**.

QUESTÃO 27: Recursos INDEFERIDOS.

A questão apresentada alinha-se de forma direta e inequívoca ao seguinte conteúdo do edital:

Análise Combinatória

Mais especificamente, ela se enquadra nos tópicos:

- Combinações (uso de coeficientes binomiais $\binom{n}{k}$);
- Princípio fundamental associado ao desenvolvimento binomial;
- Aplicação do Teorema do Binômio de Newton, que é uma consequência clássica da Análise Combinatória.

Justificativa técnica do enquadramento

O desenvolvimento de $(x+y)^{1000}$ baseia-se diretamente na interpretação combinatória dos coeficientes binomiais:

$$\binom{1000}{k},$$

os quais representam o número de combinações possíveis de k elementos escolhidos entre 1000.

A identificação do 100º termo exige:

- domínio do termo geral do binômio;
- compreensão da ordem dos termos (potências decrescentes de x);
- correta associação entre índice do termo e expoentes, conteúdo típico e recorrente em Análise Combinatória nos editais.

**Observação relevante:**

Embora o desenvolvimento envolva polinômios, o foco conceitual da questão não é álgebra polinomial, mas sim a estrutura combinatória que determina os coeficientes e a posição do termo. Por isso, o enquadramento correto e prioritário é Análise Combinatória, conforme explicitado no edital.

Portanto, a questão está plenamente compatível, bem delimitada e sem qualquer extrapolação indevida do conteúdo programático previsto.

QUESTÃO 29: Recursos DEFERIDOS para mudança do gabarito, sendo a alternativa A correta.

Após a realização de uma análise minuciosa da questão apresentada, foi observado a divulgação preliminar equivocada de seu gabarito. Diante disso, defere-se a solicitação de alteração, estabelecendo como gabarito correto a alternativa A.

O enunciado da questão solicita o número máximo de voltas que Rafael poderá realizar dentre 4 voltas possíveis, e em obediência às regras apresentadas na questão.

Regras do sistema

- Moeda define piloto:
Cara (K) → Lucas
Coroa (C) → Bianca
- Se houver duas faces iguais consecutivas (KK ou CC) → Rafael pilota a volta seguinte, independentemente do resultado do próximo lançamento.
- Após Rafael pilotar, o sistema volta ao normal (lançamento da moeda).
- A primeira volta é de Lucas.

Objetivo

Determinar o máximo de voltas que Rafael pode pilotar em 4 voltas totais.

Como Rafael só pilota após duas faces iguais consecutivas, precisamos forçar o sistema a gerar essas sequências o máximo possível dentro das 4 voltas.

Vamos simular uma sequência ideal:

Simulação:

Volta 1: Lucas (já definido)

Volta 2: Cara (K) → Lucas

Agora temos KK → Rafael pilota a próxima.

Volta 3: Rafael

Após Rafael, o sistema volta ao normal.

Volta 4: Cara (K) → Lucas

Não há tempo para outra sequência KK ou CC, pois é a última volta.

Rafael pilotou 1 vez.

Tentativa de aumentar:

E se fizermos:

- Volta 1: Lucas
- Volta 2: Coroa (C) → Bianca
- Volta 3: Coroa (C) → Rafael
- Volta 4: Cara (K) → Lucas



Rafael pilotou 1 vez novamente.

Outra tentativa:

- Volta 1: Lucas
- Volta 2: Cara (K) → Lucas
- Volta 3: Cara (K) → Rafael
- Volta 4: Coroa (C) → Bianca

Rafael pilotou 1 vez.

Conclusão

Não importa a sequência, o máximo de vezes que Rafael pode pilotar é 1, pois cada vez que ele pilota consome uma volta, e o sistema exige duas voltas consecutivas iguais para ativá-lo. Com apenas 4 voltas, só há espaço para uma ativação.

O enunciado é preciso, consistente e completo, pois:

- Define claramente as regras de decisão, inclusive a exceção que leva Rafael a pilotar;
- Estabelece explicitamente o retorno ao sistema normal após a intervenção de Rafael;
- Indica o limite total de voltas e fixa a condição inicial (primeira volta de Lucas).

Não há conflito entre regras, nem lacunas lógicas ou múltiplas interpretações possíveis. A questão conduz a uma única conclusão correta, atendendo plenamente aos critérios de clareza, objetividade e rigor matemático exigidos.

QUESTÃO 30: Recursos INDEFERIDOS.

Para três comprimentos em P.G. (a, b, c) com produto $a \cdot b \cdot c = 1728$, temos:

$$(a, b, c) = (a, ar, ar^2) \Rightarrow a \cdot ar \cdot ar^2 = a^3 r^3 = (ar)^3 = b^3.$$

Logo, $b^3 = 1728 \Rightarrow b = 12$.

Com $b = 12$ e P.G., vale $b^2 = ac$, então:

$$ac = 12^2 = 144 \Rightarrow c = \frac{144}{a}.$$

Como os comprimentos devem formar um triângulo, exigimos:

$$a + b > c \Rightarrow a + 12 > \frac{144}{a} \Rightarrow a^2 + 12a > 144.$$

Verificando os divisores positivos de 144 com $a \leq b$ e inteiros:

- **a = 8:** $c = 144/8 = 18$. Teste: $8 + 12 = 20 > 18$. Válido → $(8, 12, 18)$.
- **a = 9:** $c = 144/9 = 16$. Teste: $9 + 12 = 21 > 16$. Válido → $(9, 12, 16)$.
- **a = 12:** $c = 12$. É P.G. com razão $r = 1$, produto $12 \cdot 12 \cdot 12 = 1728$ e satisfaz a desigualdade triangular. → $(12, 12, 12)$.
- Para $a \in \{1, 2, 3, 4, 6\}$, temos $a + 12 \leq \frac{144}{a}$, logo não formam triângulo.

Portanto, os triplos possíveis são:

- $(8, 12, 18)$,
- $(9, 12, 16)$,
- $(12, 12, 12)$.

Logo a única alternativa correta possível é a alternativa (a) $(8, 12, 18)$, $(9, 12, 16)$ e $(12, 12, 12)$.



QUESTÃO 31: Recursos INDEFERIDOS.

Deseja-se que os três números

$$\frac{\sin x}{2}, \sin x, \tan x$$

Condição de progressão geométrica

Em uma progressão geométrica, o quadrado do termo central é igual ao produto dos termos extremos. Logo:

$$(\sin x)^2 = \frac{\sin x}{2} \cdot \tan x.$$

Substituição da tangente

Sabendo que:

$$\tan x = \frac{\sin x}{\cos x},$$

tem-se:

$$(\sin x)^2 = \frac{\sin x}{2} \cdot \frac{\sin x}{\cos x}.$$

Simplificação

$$\sin^2 x = \frac{\sin^2 x}{2\cos x}.$$

Multiplicando ambos os lados por $2\cos x$:

$$2\sin^2 x \cos x = \sin^2 x.$$

Reorganizando:

$$2\sin^2 x \cos x - \sin^2 x = 0.$$

Colocando $\sin^2 x$ em evidência:

$$\sin^2 x (2\cos x - 1) = 0.$$

Resolução das equações

O produto é nulo se, e somente se, ao menos um dos fatores for zero:

1.

$$\sin^2 x = 0 \Rightarrow \sin x = 0 \Rightarrow x = k\pi, k \in \mathbb{Z}.$$

2.

$$2\cos x - 1 = 0 \Rightarrow \cos x = \frac{1}{2} \Rightarrow x = \pm \frac{\pi}{3} + 2k\pi, k \in \mathbb{Z}.$$

Conclusão

Os valores de x , em radianos, que fazem com que

$$\frac{\sin x}{2}, \sin x, \tan x$$

formem uma progressão geométrica são:



$$x = k\pi \text{ ou } x = \pm \frac{\pi}{3} + 2k\pi, k \in \mathbb{Z}.$$

Logo, a alternativa C que satisfaz a questão.

A questão não extrapola os limites do conteúdo previsto no edital. Ela se enquadra, de forma direta e inequívoca, nos seguintes tópicos explicitamente listados:

- Trigonometria: funções trigonométricas e resolução de equações trigonométricas;
- Progressões: conceito e propriedade fundamental da progressão geométrica.

Não há uso de técnicas avançadas, conceitos externos ou formalismos não previstos. A contextualização é meramente ilustrativa e não interfere no núcleo matemático do problema, que permanece estritamente alinhado ao programa oficial.

Portanto, a questão é coerente, isenta de vícios e plenamente compatível com o conteúdo exigido em edital.

QUESTÃO 36: Recursos INDEFERIDOS.

Os recursos apresentados não contemplam argumentação lógica e plausível. Após análise da banca examinadora, não foi detectado qualquer equívoco na referida questão.

QUESTÃO 37: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise da banca examinadora, não foi detectado qualquer equívoco na referida questão. Seu enunciado foi apresentado com clareza e objetividade, além de estar legalmente amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

Alternativa correta: (a) E – C – C – C.

Análise dos itens

Item I – Errado (E): A EJA não é exclusiva para adultos trabalhadores. A legislação prevê a oferta para *jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria*, independentemente de estarem ou não no mercado formal de trabalho.

Item II – Correto (C): A LDB, no artigo 37, §1º, determina que a oferta de EJA deve considerar as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, garantindo uma proposta pedagógica adequada.

Item III – Correto (C): A LDB e o Plano Nacional de Educação (PNE) reforçam que o Poder Público deve garantir não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes na escola, por meio de ações integradas e complementares.

Item IV – Correto (C): A articulação entre EJA e educação profissional é incentivada pela legislação, e deve ocorrer preferencialmente conforme regulamentação específica, como previsto nas diretrizes curriculares nacionais para a EJA e nos programas de formação profissional integrados.

QUESTÃO 40: Recursos INDEFERIDOS.

(a) Licenciado em Matemática formado em instituição não reconhecida



- Para ser considerado profissional da educação básica, o diploma precisa ser válido e reconhecido pelo MEC.
- Se a instituição não é reconhecida, o título não tem validade legal. **(Errado)**

(b) Profissional com diploma de Pedagogia, habilitação em Supervisão Escolar, atuando em funções técnico-administrativas

- A LDB reconhece como profissionais da educação básica não apenas os docentes, mas também os trabalhadores em funções de suporte pedagógico (direção, supervisão, orientação, coordenação).
- Esse perfil se enquadra integralmente nos critérios legais. **(CORRETO)**

(c) Técnico em Informática sem formação pedagógica específica

- Técnicos de apoio (como laboratoristas, secretários, inspetores) podem atuar na escola, mas não são reconhecidos como profissionais da educação escolar básica pela LDB, pois não possuem formação pedagógica. **(Errado)**

(d) Bacharel em Administração atuando como professor após curso livre

- Para ser professor da educação básica, é exigida formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, ou formação mínima exigida para a etapa/modalidade.
- Um bacharel em Administração sem licenciatura não atende aos critérios. **(Errado)**

PROFESSOR DE HISTÓRIA
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 23: Recursos INDEFERIDOS.

A análise do processo de conquista europeia na América exige a compreensão do conceito de etnocentrismo. Ao aportarem no Novo Mundo, os colonizadores utilizaram seus próprios referenciais culturais e religiosos como régua para julgar os povos nativos. A Carta de Pero Vaz de Caminha é o documento fundante dessa visão, servindo não apenas como relato, mas como instrumento de planejamento para a exploração e a catequese.

A alternativa (D) está correta pois identifica a raiz ideológica da colonização. Caminha afirmou na carta que os nativos "não têm crença nenhuma", baseando-se no fato de não encontrar templos, imagens ou rituais que se assemelhassem ao catolicismo europeu. Essa conclusão equivocada — de que o indígena era uma "folha em branco" — serviu como justificativa moral e jurídica para a imposição da fé cristã, vista pelos portugueses como um "resgate" dessas almas, facilitando o controle social e a dominação territorial.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. Não houve reconhecimento de "complexidade religiosa" ou "diálogo intercultural". O que ocorreu foi a negação da espiritualidade indígena. Os portugueses viam os nativos como seres desprovidos de lei, rei e fé (o famoso mito do "Sem F, Sem L, Sem R").

Quanto à letra (B): Incorreta. Embora a nudez tenha sido descrita, ela não reforçou um "ideal humanista" de igualdade. Na verdade, a interpretação da nudez e da ausência de



pudor serviu para classificar os indígenas como "selvagens" ou "infantis", reforçando a necessidade de tutela e civilização por parte da Coroa e da Igreja.

Quanto à letra (C): Incorreta. O escambo (troca de objetos por trabalho ou pau-brasil) foi uma relação de profunda assimetria. Para os portugueses, era uma forma de obter lucro com baixo custo; para os indígenas, o valor dos objetos era simbólico. No entanto, essa prática nunca simbolizou "igualdade econômica", mas sim o estágio inicial de um processo que culminaria na escravização e exploração.

A banca examinadora reafirma que a visão de Caminha e dos primeiros conquistadores era pautada no etnocentrismo europeu. A percepção de que os indígenas não possuíam cultura ou religião própria foi o pilar que sustentou o projeto de aculturação e dominação colonial.

QUESTÃO 26: Recursos INDEFERIDOS.

O recorrente alega que a escravidão era uma tradição preexistente na África e nas sociedades islâmicas, baseando-se na obra de Paul Lovejoy, para sustentar que a adoção do sistema no Brasil teria um caráter "simbólico e cultural", o que validaria a alternativa (B). No entanto, a banca examinadora mantém o gabarito original com base nos seguintes pontos de distinção historiográfica:

1. A Diferença entre Escravidão na África e Tráfico Transatlântico: Embora Paul Lovejoy e outros historiadores confirmem a existência de formas de escravidão na África pré-colonial (por dívidas, guerras ou punições), a questão em tela refere-se especificamente ao contexto da colonização brasileira e à empresa canavieira. A historiografia contemporânea é unânime em distinguir a "escravidão de linhagem" africana da "escravidão mercantil" europeia. Enquanto a primeira era frequentemente um processo de integração social forçada, a segunda transformou o ser humano em mercadoria (res) inserida em um mercado global de capitais.

2. A Primazia do Fator Econômico no Brasil Colonial: A alternativa (B) sugere que o tráfico tinha uma função "simbólica e cultural". Tal afirmação é tecnicamente incorreta para o contexto da empresa canavieira. No Brasil colonial, a escravidão não foi adotada para reproduzir tradições africanas, mas para viabilizar o lucro metropolitano. O custo de transporte, a manutenção e a reposição de mão de obra eram cálculos puramente contábeis da classe senhorial. O fato de os africanos terem trazido sua cultura (que resistiu apesar do sistema) não significa que a função do sistema para os colonizadores fosse simbólica; sua função era exclusivamente produtiva e acumulativa.

3. Refutação ao argumento de "Herança Cultural": Afirmar que a escravidão no Brasil foi uma "herança cultural da África" (como sugere o aluno no enunciado da questão) é um erro de interpretação histórica comum. A escravidão no Brasil foi uma imposição do sistema colonial mercantilista. A existência de escravidão no continente africano foi apenas um facilitador logístico que os europeus utilizaram para suprir a demanda de trabalho nas plantations americanas, mas o motor do sistema no Brasil foi a lógica do capital.



4. Análise da Obra de Lovejoy: O autor citado pelo recorrente, Paul Lovejoy, em sua obra "A escravidão na África: uma história de suas transformações", argumenta justamente que a demanda europeia por escravos transformou profundamente as instituições africanas, mercantilizando o que antes eram relações sociais de dependência. Portanto, a obra reforça que a escravidão em escala transatlântica foi um fenômeno de ordem econômica e transformadora, e não uma simples manutenção de "simbolismos".

A alternativa (C) permanece como a única correta, pois o sistema escravista no Brasil colonial foi o alicerce de uma estrutura de exploração vinculada ao lucro e à agroexportação. A tentativa de deslocar o eixo da discussão para uma questão meramente cultural ou simbólica (Alternativa B) ignora a realidade material do regime de produção açucareiro abordado pela questão.

QUESTÃO 29: Recursos INDEFERIDOS.

O recorrente pleiteia a anulação da questão 29 alegando vícios de ordem formal, especificamente a suposta repetição idêntica das alternativas e a menção a "lacunas" e "discurso direto" no comando da questão. Após rigorosa revisão do caderno de provas e do sistema de diagramação, a Banca Examinadora apresenta as seguintes considerações:

1. Da higidez das alternativas e da inexistência de repetição: Diferente do alegado pelo candidato, as alternativas (a), (b), (c) e (d) apresentam conteúdos semânticos e filosóficos distintos e excludentes, conforme transcrição oficial:

A (a) refere-se ao Absolutismo (Antigo Regime).

A (b) refere-se ao ideário Iluminista/Liberal (Gabarito).

A (c) refere-se ao Direito Divino ou Natural dos Reis.

A (d) refere-se ao Pensamento Conservador ou Reacionário. Não há, portanto, qualquer identidade gráfica ou sintática entre os itens que comprometa a pluralidade de escolhas ou a isonomia do certame. A estrutura de múltipla escolha foi integralmente preservada.

2. Da clareza do comando e da pertinência temática: O comando da questão é direto e objetivo: solicita que o candidato relacione o Iluminismo às transformações políticas (Revoluções Francesa e Americana). O argumento do recorrente sobre "lacunas" e "discurso direto" parece referir-se a uma interpretação equivocada de outro item do caderno de provas ou a um erro material de leitura, uma vez que o enunciado da questão 29 é claro em sua proposta de correlação histórica, não exigindo preenchimento de espaços ou análise linguística de pontuação.

3. Da fundamentação do Gabarito (Alternativa B): No mérito, a alternativa (b) é a única tecnicamente correta. O Iluminismo (Montesquieu, Voltaire, Rousseau) fundamentou a crítica ao absolutismo e à sociedade de ordens.



Igualdade jurídica: Fim dos privilégios do clero e da nobreza.

Soberania popular: O poder emana do povo (Contrato Social), e não de Deus.

Revoluções: Tanto a Declaração de Independência dos EUA (1776) quanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) são documentos de matriz puramente iluminista.

4. Das Alternativas Incorretas:

A (a) e a (c) descrevem o Antigo Regime, sistema que o Iluminismo visava combater.

A (d) descreve uma postura antirrevolucionária (como a de Edmund Burke), que surgiu em oposição direta ao radicalismo das luzes.

A questão apresenta-se formalmente perfeita, com enunciados claros e alternativas que permitem a distinção precisa do conhecimento do candidato. Não se verifica qualquer vício de legalidade, obscuridade ou ambiguidade que justifique a anulação do item.

QUESTÃO 34: Recurso DEFERIDO para mudança do gabarito, sendo a alternativa C correta.

Após a realização de uma análise minuciosa da questão apresentada, foi observado a divulgação preliminar equivocada de seu gabarito. Diante disso, defere-se a solicitação de alteração, estabelecendo como gabarito correto a alternativa C.

O Período Regencial, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e o Golpe da Maioridade, é tecnicamente definido pela historiografia como uma fase de transição e intensa experimentação política. A análise da questão exige que o candidato identifique a dinâmica de forças que moldou a estrutura do Estado Nacional em formação.

A alternativa (C) é a única que sintetiza corretamente a dialética política da época. O conflito entre centralização e descentralização foi o eixo em torno do qual giraram as principais medidas legislativas e os conflitos armados. De um lado, o grupo dos Liberais Exaltados e a aprovação do Ato Adicional de 1834 representaram o ápice do esforço descentralizador e autonomista. De outro, o avanço conservador a partir de 1837 e a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) marcaram o retorno à centralização, visando conter a fragmentação territorial e social do Império.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): É improcedente, visto que o período foi marcado justamente pelo antagonismo entre projetos políticos. A divergência entre "chimangos", "farroupilhas", restauradores, liberais e conservadores era profunda e inconciliável na maior parte do decênio.



Quanto à letra (B): Incorreta por anacronismo. A consolidação do poder central sobre as elites provinciais não ocorreu na Regência, mas sim no Segundo Reinado, após o controle das revoltas regenciais e a estabilização parlamentar da década de 1840.

Quanto à letra (D): Contraria os fatos históricos. A abdicação de D. Pedro I em 1831 não trouxe pacificação, mas sim um período de profunda instabilidade, caracterizado por levantes populares e separatistas que colocaram em risco a unidade nacional.

Diante do exposto, a banca reafirma que a Alternativa C reflete com precisão a essência sociopolítica das Regências, sendo o único item que atende ao comando da questão.

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

O sistema político do Segundo Reinado brasileiro, estabelecido a partir de 1847 com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, é tecnicamente denominado pela historiografia como "Parlamentarismo às Avessas". O termo, cunhado para contrastar com o modelo britânico, define a peculiaridade da distribuição de poder no Império, onde a engrenagem política não girava de baixo para cima (da base eleitoral para o Executivo), mas sim de cima para baixo.

A alternativa (B) está correta pois descreve o mecanismo central desse sistema: a inversão da lógica parlamentar clássica. No modelo britânico, o monarca nomeia o Primeiro-Ministro com base na maioria eleita do Parlamento. No Brasil, o processo era inverso:

O Imperador, no uso do Poder Moderador, escolhia o Presidente do Conselho de Ministros de sua confiança.

Este formava o gabinete ministerial.

Ato contínuo, realizavam-se eleições para "fabricar" uma maioria na Câmara que apoiasse o gabinete já escolhido. Portanto, a sobrevivência do gabinete dependia da confiança do Imperador (Poder Moderador) e não da confiança prévia do Poder Legislativo.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. Não havia autonomia plena. O Parlamento estava sob constante vigilância do Poder Moderador, que possuía a prerrogativa constitucional de dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições caso houvesse atrito com o gabinete de confiança do monarca.

Quanto à letra (C): Incorreta. O modelo era inspirado no parlamentarismo britânico, embora adaptado à realidade autoritária do império brasileiro. O republicanismo francês era visto pela elite imperial como um símbolo de desordem e radicalismo, sendo o oposto do projeto de estabilidade de D. Pedro II.



Quanto à letra (D): Incorreta. O Poder Moderador era exclusivo e pessoal do Imperador, conforme o Artigo 98 da Constituição de 1824. Jamais foi entregue às províncias; ao contrário, era o instrumento que garantia a centralização política e o controle do Rio de Janeiro sobre as elites regionais.

A banca examinadora reitera que o termo "às avessas" serve justamente para indicar que o fiel da balança política era o Imperador. A confiança necessária para a governabilidade residia na Coroa, o que torna a Alternativa B a única descrição historicamente precisa do funcionamento do sistema.

QUESTÃO 40: Recursos INDEFERIDOS.

Nota da Banca: Observa-se que o recorrente apresenta uma argumentação irretocável e fundamentada nos principais expoentes da historiografia nacional para validar a Alternativa (C). Todavia, como o gabarito preliminar já havia indicado a referida alternativa como a correta, o recurso não possui objeto de reforma, servindo apenas para ratificar a precisão técnica do item formulado pela Banca Examinadora.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL **(Conhecimentos específicos)**

QUESTÃO 21: Recursos INDEFERIDOS.

A questão aborda a transição do modelo "assistencialista" (meramente de guarda e cuidados básicos) para o modelo "educacional". Historicamente, as creches e pré-escolas estavam vinculadas a órgãos de assistência social. A integração definitiva desses espaços ao sistema de ensino foi um marco jurídico que demandou uma legislação específica para organizar a estrutura da educação brasileira.

A alternativa (C) é a correta pois identifica o instrumento legal que efetivou a organização da educação em etapas. Embora a Constituição de 1988 tenha reconhecido o direito, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) que, em seu Artigo 21, definiu a composição da Educação Básica, e em seu Artigo 29, afirmou categoricamente: "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança". É a LDB que consolida a transição administrativa e pedagógica das creches e pré-escolas para o âmbito dos sistemas de ensino.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. A Constituição Federal de 1988 é o marco inicial que define a educação como direito de todos e dever do Estado, mas ela é uma norma de caráter geral. A consolidação da estrutura e a definição da Educação Infantil como "primeira etapa da Educação Básica" é uma especificidade técnica estabelecida posteriormente pela LDB de 1996.



Quanto à letra (B): Incorreta. O PNE de 2001 estabeleceu metas para a década, mas não foi o responsável pelo "reconhecimento legal" da etapa na estrutura da educação nacional, visto que a LDB já havia feito essa definição cinco anos antes. Além disso, o PNE de 2001 não alcançou a universalização plena.

Quanto à letra (D): Incorreta. O FUNDEB é um mecanismo de financiamento (fundo contábil). Embora tenha sido fundamental para viabilizar recursos para a educação infantil, ele não cria a categoria jurídica da etapa, apenas provê os meios financeiros para a sua manutenção conforme já definido na legislação educacional anterior.

A banca examinadora conclui que a Alternativa C é a única que aponta o dispositivo legal que estruturou o sistema de ensino brasileiro conforme a descrição do enunciado. A LDB é o documento que rompe definitivamente com o assistencialismo ao inserir a creche e a pré-escola no sistema educacional.

QUESTÃO 22: Recursos INDEFERIDOS.

A questão versa sobre as garantias fundamentais estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O foco é o dever do Estado na oferta de educação infantil, que passou por atualizações legislativas importantes nos últimos anos para garantir a proteção integral.

Justificativa para a Alternativa (C): A alternativa (C) está em estrita conformidade com o Art. 54, inciso IV, do ECA, que estabelece ser dever do Estado assegurar à criança o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade". Esta redação foi atualizada pela Lei nº 13.306/2016 para harmonizar o ECA com o texto constitucional, garantindo a gratuidade e o acesso à educação infantil nesta faixa etária específica.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. A educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (o que inclui a pré-escola, parte da primeira infância). Portanto, a afirmação de que não há obrigatoriedade na primeira infância está juridicamente equivocada quanto à pré-escola.

Quanto à letra (B): Incorreta. O direito à educação no Brasil é regido pelos princípios da universalidade e da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Estado não pode restringir o atendimento apenas a crianças em situação de vulnerabilidade; o direito é de todos.

Quanto à letra (D): Incorreta. O ensino fundamental obrigatório e gratuito inicia-se aos 6 anos de idade, conforme a Lei nº 11.274/2006, e não aos 7 anos. A alternativa apresenta um dado temporal defasado em relação à legislação vigente.



A banca examinadora ratifica que a alternativa (C) é a única que reproduz fielmente as obrigações estatais descritas no Art. 54 do ECA. O limite de 5 anos de idade para a educação infantil é o critério legal atual para a transição ao Ensino Fundamental.

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

A prática docente na Educação Infantil é balizada por documentos norteadores como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e o Código de Ética Profissional do Servidor Público (no caso de concursos municipais/estaduais). A ética no magistério pressupõe o binômio "educar e cuidar", fundamentado no respeito à dignidade humana e no direito à privacidade.

A alternativa (C) está correta pois o sigilo profissional e o respeito à singularidade são pilares da ética docente. O professor tem acesso a dados sensíveis sobre o desenvolvimento, saúde e ambiente familiar da criança. De acordo com o princípio da proteção integral (ECA), essas informações devem ser resguardadas, sendo compartilhadas apenas com a equipe pedagógica para fins estritamente profissionais e de auxílio à criança, jamais de forma pública ou indiscriminada.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. A divulgação de informações pessoais sem finalidade institucional legítima fere o direito à privacidade da criança e da família. A orientação familiar deve ocorrer em canais adequados (reuniões, atendimentos individuais), respeitando a confidencialidade.

Quanto à letra (B): Incorreta. O julgamento público de comportamentos infantis é uma conduta antipedagógica e antiética. Além de expor a criança a uma situação vexatória (o que é proibido pelo Art. 18 do ECA), compromete a relação de confiança entre escola e família.

Quanto à letra (D): Incorreta. Na Educação Infantil, o vínculo afetivo é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional. As diretrizes nacionais (DCNEI) estabelecem que as interações e brincadeiras são os eixos estruturantes; logo, uma postura "distante" prejudica o processo de aprendizagem e o acolhimento necessário nesta etapa.

A banca examinadora conclui que a Alternativa C é a única que condiz com o zelo, a discrição e o respeito à individualidade exigidos para o exercício da docência. O dever de sigilo é inerente à profissão e protege o desenvolvimento harmonioso do aluno.

QUESTÃO 40: Recursos INDEFERIDOS.

A avaliação como ferramenta de acompanhamento do desenvolvimento, e não como instrumento de punição ou seleção. A prática descrita no enunciado exemplifica a pedagogia da escuta e da observação propositiva.



A alternativa (D) está correta porque a conduta da professora caracteriza a avaliação formativa. Ao observar, mediar e registrar (em vez de apenas classificar), a docente cumpre o que determina o Art. 31 da LDB: a avaliação na educação infantil deve ser feita mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção. A postura reconhece que cada criança possui um tempo e uma singularidade próprios, e o registro contínuo é o que permite ao professor planejar intervenções adequadas a cada grupo ou indivíduo.

Análise das Alternativas Incorretas:

Quanto à letra (A): Incorreta. Nas DCNEI, as interações e a brincadeira são os eixos estruturantes do currículo. Portanto, o brincar não é um "recurso opcional", mas um direito de aprendizagem e desenvolvimento essencial, que deve ser garantido e estimulado pela mediação docente.

Quanto à letra (B): Incorreta. A avaliação na Educação Infantil é estritamente proibida de ser centrada em testes de desempenho ou padronização. O foco deve ser o processo de aprendizagem e as conquistas individuais da criança em relação a ela mesma, e não a comparação com padrões rígidos de comportamento.

Quanto à letra (C): Incorreta. A educação integral pressupõe a indissociabilidade entre o cognitivo, o afetivo e o social. A postura da professora, ao observar isolamento e reações emocionais, demonstra justamente uma preocupação com o desenvolvimento biopsicossocial, e não uma priorização técnica do cognitivo.

A banca examinadora conclui que a Alternativa D reflete com precisão as competências esperadas de um docente da primeira infância, unindo a sensibilidade do olhar observacional ao rigor do registro pedagógico.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA **(Conhecimentos específicos)**

QUESTÃO 24: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise dos recursos interpostos em face da questão referente à conduta ética de docente na divulgação de serviços particulares, esta Banca Examinadora ratifica que a alternativa correta é a Letra C, fundamentando-se nos seguintes pontos:

1. Conflito de Interesses e Autopromoção

O Código de Ética que rege o serviço público e as diretrizes do magistério estabelece que o servidor deve separar claramente suas atividades privadas de suas funções institucionais. Ao utilizar sua posição para angariar clientes entre seus próprios alunos, o docente incorre em autopromoção indevida, ferindo o princípio da impessoalidade.

2. Uso Impróprio de Espaço Institucional



Os grupos de comunicação escolares (WhatsApp, e-mail institucional ou plataformas de ensino) possuem finalidade estritamente pedagógica e administrativa. A utilização desses canais para fins comerciais particulares configura desvio de finalidade e uso indevido de recursos da instituição para proveito econômico pessoal.

3. Análise das Alternativas Incorretas

Letra A e B: O mérito da atividade (hábitos saudáveis) ou o valor cobrado (preços acessíveis) não eximem o profissional da infração ética. A ética profissional foca na natureza da conduta e não na qualidade do serviço oferecido.

Letra D: A autorização da direção não sobrepõe os princípios éticos e estatutários. Mesmo com anuência superior, a prática permaneceria inadequada por criar um ambiente de possível favorecimento ou pressão psicológica sobre o corpo discente.

Pelo exposto, a prática mencionada é inadequada, pois compromete a integridade do ambiente educacional e utiliza a estrutura pública/coletiva para fins estritamente privados.

QUESTÃO 27: Recursos INDEFERIDOS.

A Banca Examinadora, após análise criteriosa da questão e dos fundamentos teóricos que a sustentam, vem a público ratificar o gabarito oficial e apresentar a devida fundamentação técnica:

1. Fundamentação Teórica: A Pirâmide de Glasser

A questão aborda a teoria da Pirâmide do Aprendizado, atribuída a William Glasser, que diferencia as estratégias de aprendizagem entre métodos passivos e ativos. Segundo este modelo, a retenção de conteúdo varia drasticamente conforme a postura do estudante no processo.

2. Análise da Conduta Ética e Pedagógica

A afirmação da professora citada no enunciado — de que "ler e escutar são métodos tão eficazes quanto praticar e ensinar" — confronta diretamente os dados apresentados na pirâmide. Métodos Passivos (Ler, Escutar, Ver): Localizados no topo da pirâmide, apresentam as menores taxas de retenção de informação (geralmente estimadas entre 10% e 30%). Métodos Ativos (Debater, Praticar, Ensinar): Localizados na base da pirâmide, são considerados métodos de alta eficácia, onde a retenção pode chegar a 95% ao ensinar outrem.

Portanto, a Letra C é a única alternativa que descreve corretamente a falha conceitual na fala da docente. A afirmação está incorreta porque a teoria de Glasser postula que o envolvimento ativo (prática e ensino) gera resultados significativamente superiores à recepção passiva (leitura e escuta).

QUESTÃO 29: Recursos INDEFERIDOS.



Em resposta ao recurso interposto quanto à suposta falta de clareza do termo ABP, esta Banca Examinadora, após análise fundamentada no Conteúdo Programático do Edital, decide pelo indeferimento do pedido pelas razões que seguem:

1. Do Estrito Cumprimento do Conteúdo Programático

O edital do certame prevê explicitamente, no tópico "Pedagogia e Didática da Educação Física", os subitens "Teorias pedagógicas aplicadas à Educação Física" e "Metodologias de ensino e aprendizagem na Educação Física".

A sigla ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas) é a nomenclatura técnico-científica padrão para uma das metodologias ativas mais difundidas na literatura pedagógica contemporânea. Sendo o edital o balizador do conhecimento exigido, espera-se que o candidato ao cargo de Professor de Educação Física domine os termos e conceitos fundamentais das metodologias de ensino citadas no programa.

2. Da Consonância com a Prática Docente e a LDB

A questão exige a análise de uma situação-problema (o afastamento das meninas dos esportes coletivos), tema que perpassa os "Aspectos psicológicos e sociológicos do esporte" e a "Inclusão e Adaptação", também previstos no edital.

A conduta do professor mencionada no enunciado (apenas entregar uma lista de regras para estudo individual) fere a LDB nº 9.394/96 (presente no conteúdo programático), que em seu Art. 13 estabelece que o docente deve "zelar pela aprendizagem dos alunos" e "estabelecer estratégias de recuperação". Uma prática puramente diretiva e passiva ignora o caráter colaborativo e investigativo exigido pela ABP e pelas tendências pedagógicas modernas descritas no edital.

Incorreção da prática: O professor desvirtuou a metodologia ao eliminar o debate. A ABP exige que o aluno seja o protagonista na resolução de problemas reais.

Fundamentação: A Alternativa B está correta porque a essência da ABP é o trabalho em grupo (colaboração) para a resolução de um desafio (investigação). Entregar uma lista de regras de basquete foca apenas em "Fundamentos do Esporte" (regras e técnicas) de forma isolada, ignorando a competência pedagógica de "Mediação do Processo de Ensino-Aprendizagem".

O uso da sigla ABP é adequado ao nível de especialidade exigido para o cargo. A questão não apresenta vício de formulação, pois avalia se o candidato compreende que metodologias ativas são incompatíveis com o ensino puramente tradicional e individualista.

Dessa forma, a Banca Examinadora nega provimento ao recurso e mantém a Alternativa B como gabarito oficial.



QUESTÃO 30: Recursos INDEFERIDOS.

A Banca Examinadora, após análise da questão referente à avaliação nas metodologias ativas, ratifica que a resposta correta é a Letra B, fundamentando sua decisão nos seguintes pontos do conteúdo programático e da legislação vigente:

1. Da Avaliação no Processo de Ensino-Aprendizagem

Conforme previsto no edital sob o tópico "Avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Educação Física", a avaliação não deve ser entendida como um evento isolado ou meramente somativo. A compreensão de que a avaliação deve ser feita "somente ao final" contraria o conceito de avaliação formativa, essencial às metodologias ativas e ao desenvolvimento de competências.

2. Da Trajetória do Estudante e Continuidade

A afirmação do docente no enunciado é tecnicamente incorreta à luz da LDB nº 9.394/96 (Item previsto no conteúdo programático). O Art. 24, inciso V, alínea "a", estabelece a "avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos".

Nas metodologias ativas, o foco é o protagonismo do aluno; portanto, o professor deve monitorar a trajetória (processo) e não apenas o resultado final.

3. Da Inadequação do "Instrumento Único"

Embora a autoavaliação seja um instrumento valioso para promover a autonomia, ela não deve ser utilizada como "instrumento único". A prática pedagógica eficaz exige a triangulação de instrumentos (observação, rubricas, portfólios, avaliações entre pares), garantindo a fidedignidade do processo avaliativo conforme as "Metodologias de ensino e aprendizagem na Educação Física" previstas em edital.

4. Análise das Alternativas Incorretas

Alternativa A: Incorreta, pois a autoavaliação é complementar, e não substitutiva dos demais registros docentes.

Alternativa C: Incorreta, pois nas metodologias ativas o processo (percurso) é tão ou mais importante que a fase final.

Alternativa D: Incorreta, pois a avaliação contínua é um direito do aluno e um dever docente, independentemente do nível de autonomia da turma.

Pelo exposto, a afirmação do docente no caso hipotético está em desacordo com os princípios da pedagogia contemporânea e com o marco legal da educação brasileira.

QUESTÃO 36: Recursos INDEFERIDOS.



A ideia de "corpo-máquina" remete à influência da Revolução Industrial e do pensamento mecanicista/cartesiano na Educação Física. Nessa perspectiva, o corpo é visto como um conjunto de peças (músculos, ossos, alavancas) que deve ser otimizado para a produtividade e a obediência.

A alternativa (a) traduz exatamente a consequência pedagógica da visão mecanicista.

Corpo como objeto: O aluno não é visto como um sujeito com sentimentos e história, mas como um organismo a ser treinado.

Disciplinado e ajustado: A prática foca na repetição, no rendimento e no controle (disciplina), visando moldar o cidadão para as "exigências produtivas" (o mercado de trabalho e a ordem social).

Alternativa (b): O erro está em dizer que a visão corpo-máquina "amplia a compreensão do corpo como sujeito". Pelo contrário, ela reduz o corpo a um objeto biológico, ignorando a subjetividade e a expressão pessoal.

Alternativa (c): Esta visão reforça o dualismo corpo-razão (separação entre mente e físico), tratando o corpo apenas como a ferramenta subordinada aos comandos da mente ou das instituições. Ela não aproxima a educação física da intelectual; ela as separa por funções distintas.

Alternativa (d): A concepção de corpo-máquina é o alicerce da lógica disciplinar tradicional (filas, movimentos sincronizados, foco em rendimento). Portanto, ela não "subverte" essa lógica, ela a sustenta e a fortalece.

A Banca Examinadora ratifica o gabarito na Letra A. A expressão 'corpo-máquina' é um conceito sociológico e pedagógico que descreve a submissão do corpo à lógica da eficiência produtiva e do controle social. Pedagogicamente, isso se reflete em uma Educação Física tecnicista, que prioriza a anatomia e a fisiologia (sistemas músculo-esqueléticos) em detrimento da formação humana integral, tratando o estudante como um objeto de ajuste institucional, o que valida integralmente a redação da alternativa selecionada.

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO **(Conhecimentos específicos)**

QUESTÃO 31: Recursos INDEFERIDOS.

Após análise minuciosa do recurso interposto, esta Banca Examinadora decide pelo indeferimento do pedido de anulação, mantendo o gabarito na Alternativa C. A fundamentação segue os critérios normativos e pedagógicos vigentes:

1. Do Objeto da Questão: A BNCC como Referência



O enunciado da questão é categórico ao solicitar a afirmação correta "segundo a BNCC". Portanto, qualquer análise baseada em interpretações subjetivas ou metodologias genéricas que não estejam textualmente ou conceitualmente alinhadas à Base Nacional Comum Curricular deve ser descartada.

2. Da Incorreção da Alternativa (A) e o Erro Conceitual do Recurso

O candidato argumenta que a alternativa (a) estaria correta por se associar a "pedagogias não confessionais". Entretanto, a alternativa (a) afirma que o ensino religioso pode "apresentar doutrinas".

Fundamento: A BNCC e a LDB (Art. 33) proíbem terminantemente o proselitismo. Apresentar doutrinas com o objetivo de que o aluno "escolha a mais adequada" ainda fere a laicidade do Estado e o caráter científico da área. O Ensino Religioso na BNCC não é um "catálogo de opções religiosas" para escolha do aluno, mas sim uma área de conhecimento para compreensão do fenômeno religioso como parte da cultura humana.

3. Da Validade Incontestável da Alternativa (C)

A alternativa (c) reproduz fielmente os princípios estabelecidos pela BNCC para o Ensino Religioso. Conforme o documento oficial:

O Ensino Religioso deve assegurar o respeito à diversidade cultural e religiosa, sem proselitismo.

É definido como uma área que busca o conhecimento científico e crítico dos fenômenos religiosos.

O texto da BNCC é claro ao separar a instrução religiosa (fiel a uma doutrina, de âmbito privado/confessional) do conhecimento religioso (âmbito público/curricular).

O recurso tenta conferir validade à alternativa (a) através de uma interpretação metodológica que não encontra respaldo no texto da BNCC. Enquanto a alternativa (a) sugere uma "exposição de doutrinas" (prática incompatível com a laicidade escolar pública), a alternativa (c) define a área por sua finalidade acadêmica e ética, conforme preconiza o documento norteador.

Não há ambiguidade: a BNCC veta qualquer prática que se aproxime da apresentação doutrinária, mesmo que "equilibrada". A neutralidade mencionada pelo candidato no recurso é justamente o que sustenta a Alternativa C e invalida a Alternativa A.

Considerando que a questão exige a conformidade estrita com a BNCC, e que apenas a alternativa (c) reflete o texto e o espírito da norma, a Banca Examinadora mantém o gabarito original.



PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 23: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 24: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece acolhimento. A conjunção “contudo” é, conforme a gramática normativa e a linguística textual, uma conjunção adversativa que não se limita a marcar mera oposição lógica, mas frequentemente desempenha função discursiva de reorientação argumentativa, atenuando, relativizando ou compensando uma ideia anteriormente enunciada. No período apresentado: “O autor não pretende esgotar o tema; contudo, oferece elementos suficientes para iniciar o debate.” a primeira oração apresenta uma delimitação de alcance (não esgotar o tema), que pode ser interpretada, no plano discursivo, como uma possível insuficiência informacional. A segunda oração, introduzida por “contudo”, reorienta a leitura desse enunciado, afastando a interpretação de carência ou fragilidade e ressaltando que, apesar da limitação assumida, há material suficiente para fundamentar a discussão. Esse movimento argumentativo — restrição inicial seguida de compensação — é descrito na alternativa A, que identifica corretamente a função semântico-discursiva da conjunção no contexto. A alegação de que se trata de “psicologismo” não se sustenta, pois a análise não se baseia em intenção subjetiva do autor, mas no efeito de sentido produzido pelo encadeamento sintático e semântico do enunciado, objeto próprio da análise linguística textual e da semântica discursiva. As demais alternativas apresentam relações semânticas que não se realizam no período:

não há condição (B),

não há explicação causal (C),

nem efeito consecutivo (D).

Logo, a alternativa A permanece correta, e o recurso deve ser indeferido.

QUESTÃO 25: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 27: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 29: Recursos DEFERIDOS para anulação da questão.

Levando em conta que não há alternativa apta a fornecer uma resposta única, não resta alternativa que não seja a anulação da questão em apreço.

**QUESTÃO 31: Recursos INDEFERIDOS.**

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 32: Recursos INDEFERIDOS.

A alegação de que a alternativa A seria a incorreta não procede e revela interpretação equivocada das regras de colocação pronominal da norma padrão da língua portuguesa. Na frase: “Sempre me disseram isso.” o advérbio “sempre”, por exercer função de elemento atrativo, autoriza e recomenda o emprego da próclise, conforme previsão expressa da gramática normativa. Trata-se, portanto, de construção perfeitamente adequada e amplamente consagrada pelo uso culto.

Já a alternativa D: “A diretora não convidou-nos para o evento.” contém vício gramatical inequívoco. A presença do advérbio de negação “não” impõe próclise obrigatória, de modo que a forma correta seria: A diretora não nos convidou para o evento. O emprego da ênclise após elemento negativo constitui erro objetivo de colocação pronominal, razão pela qual a alternativa D é a única que atende ao comando da questão. Assim, resta demonstrado que a alternativa A está correta, não apresentando qualquer inadequação, e que a resposta da questão encontra-se plenamente fundamentada na norma culta da língua portuguesa.

QUESTÃO 33: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 34: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece provimento. O comando da questão solicita: “Assinale a alternativa correta quanto ao uso dos parônimos.” Em nenhum momento se exige que a alternativa apresente explicitamente dois parônimos em oposição, tampouco que a frase contenha a “confusão” entre eles. O que se avalia é o emprego adequado de vocábulos pertencentes a pares paronímicos consagrados na língua, testando se o candidato reconhece a forma correta em contexto. Ademais, o **outro** recurso também não merece prosperar, já que o fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 35: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 36: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.



QUESTÃO 37: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 38: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.

QUESTÃO 39: Recursos INDEFERIDOS.

Os recursos interpostos não merecem acolhimento.

1. Quanto à alegação de existência de duas alternativas corretas

A alternativa (d) foi corretamente indicada como única resposta adequada, pois é a única que realiza análise completa e global da estrutura sintático-semântica do período, conforme exige o comando da questão. A alternativa (b), embora traga uma observação gramatical verdadeira em si — acerca do valor injuntivo/prescritivo do subjuntivo regido pelo verbo recomendar — não responde ao enunciado da questão, que solicita uma conclusão sobre a estrutura do período como um todo. A assertiva (b) limita-se a examinar apenas um dos núcleos verbais da frase, ignorando: a correção da regência de “insistir em”, a adequação da regência de “reconsiderar”, e a correlação sintático-semântica entre a oração condicional e a oração principal. Já a alternativa (d) contempla todos esses elementos, avaliando simultaneamente: a regência normativa de insistir em, a regência adequada de reconsiderar, e a correção do emprego do subjuntivo na estrutura condicional. Logo, (b) não se equipara a (d): ela descreve um aspecto verdadeiro, porém parcial, e, por isso, insuficiente para atender ao comando da questão. Não há, portanto, dupla resposta correta, inexistindo qualquer afronta ao princípio da objetividade.

2. Quanto à alegação de prejuízo por ausência de destaque gráfico: A alegação não procede, pois os segmentos “insista em rever” e “se reconsiderem” encontram-se devidamente destacados em negrito no enunciado da prova, conforme padrão gráfico adotado. Ainda que assim não fosse, a compreensão do período não depende de recurso tipográfico, mas da leitura atenta e da competência linguística do candidato, não havendo demonstração de prejuízo objetivo que justifique a alteração do gabarito.

QUESTÃO 40: Recursos INDEFERIDOS.

O fundamento do recurso visa alterar o gabarito justamente para a alternativa que foi dada como gabarito correto, ou seja, provavelmente, o recorrente se confundiu na leitura do gabarito, já que busca mudar algo para o qual já está de acordo com o que pleiteia.



PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 28: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece acolhimento. Inadequação da alternativa A ao comando da questão: O enunciado afirma que o leitor: “percebe que o autor introduz conceitos com aparente neutralidade, mas altera sutilmente o valor modal ao longo do texto, reforçando obrigatoriedades na conclusão.” E pergunta: A estratégia interpretativa acionada para identificar esse deslocamento é:” Não se trata apenas de reconhecer marcas linguísticas (nível literal), mas de acompanhar um deslocamento discursivo progressivo e interpretar seu efeito argumentativo:

de neutralidade para imposição de obrigatoriedade. Esse tipo de leitura envolve: rastreamento do comportamento modal ao longo do texto (modal tracing), e reconhecimento da postura discursiva que se constrói no fechamento do argumento. A alternativa A – literal comprehension é, portanto, insuficiente, pois a compreensão literal limita-se à identificação de informações explicitamente presentes, não à análise da mudança de orientação modal ao longo do texto nem à interpretação de seu efeito discursivo. A alternativa D – “modal tracing and critical stance detection” corresponde exatamente ao processo descrito: modal tracing: acompanhamento da progressão dos valores modais (de neutralidade para obrigatoriedade); critical stance detection: identificação da postura enunciativa que emerge na conclusão, quando o autor reforça normatividade e direcionamento argumentativo. O enunciado não descreve simples percepção superficial, mas uma leitura que reconhece transformação estratégica do discurso — característica típica de análise interpretativa e crítica. A tentativa do recurso de reduzir esse processo ao nível de leitura literal contradiz a própria formulação do item, que exige do leitor a percepção de um movimento argumentativo ao longo do texto, algo que ultrapassa o nível de reconhecimento superficial de marcas linguísticas.

QUESTÃO 29: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece provimento. Precisão conceitual do enunciado O texto descrito no enunciado reúne, simultaneamente: dados estatísticos, depoimentos de comunidades vulneráveis, infográficos interativos, recomendações políticas dirigidas a governos. A presença explícita de recomendações de políticas públicas dirigidas a governos caracteriza, de forma objetiva, a função central do gênero: influenciar decisões públicas e agendas governamentais. Essa função é definidora do gênero advocacy report, cujo propósito institucional é justamente: informar, sensibilizar e pressionar politicamente formuladores de políticas públicas, com base em dados, testemunhos e recursos multimodais. Portanto, a alternativa (a) advocacy report é a única que corresponde, de forma plena e precisa, tanto à função social quanto à composição discursiva descritas no enunciado. **Inadequação da alternativa (d)** – corporate newsletter: Ainda que newsletters institucionais contemporâneas possam, eventualmente, incorporar elementos informativos, multimodais e até comentários estratégicos, seu núcleo funcional não é o advocacy político estruturado. A newsletter corporativa caracteriza-se como instrumento de comunicação institucional recorrente, voltado a atualização, relacionamento e divulgação de atividades a públicos internos ou stakeholders, não como gênero



centralmente orientado à incidência política e formulação de políticas públicas, como explicitamente indicado no enunciado. No item avaliado, a função política não é acessória nem secundária: ela integra a própria definição do texto, o que afasta, de forma inequívoca, o enquadramento como newsletter. **Inexistência de ambiguidade:** O enunciado fornece critérios suficientes e objetivos para a classificação correta: tipo de instituição (ONG internacional), composição discursiva (dados + testemunhos + infográficos), e, sobretudo, destinação política explícita do conteúdo. Esse conjunto não descreve um boletim institucional genérico, mas sim um documento típico de advocacy. Não há ambiguidade conceitual, mas tentativa de ampliação indevida do conceito de newsletter para abarcar um gênero que lhe é funcionalmente distinto.

QUESTÃO 30: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece provimento. O gabarito que indica a alternativa (c) – “both instances of they refer to reports” está correto e plenamente fundamentado sob os critérios sintáticos, semânticos e discursivos da língua inglesa. **Análise sintático-discursiva da estrutura.** Período analisado: “Although several of the reports presented inconsistencies, they did not compromise the final assessment, as they were later validated.” A oração concessiva inicial estabelece como tópico discursivo principal o sintagma nominal “several of the reports”, que ocupa a posição de sujeito temático da construção. Em inglês, a progressão referencial privilegia fortemente a retomada do sujeito topicalizado da oração principal, sobretudo quando nenhum novo núcleo sintático é promovido a sujeito em posição equivalente — o que não ocorre com o termo inconsistencies, que surge apenas como objeto interno do predicado presented. Assim, por princípio de continuidade temática e paralelismo sintático, ambos os pronomes they retomam o antecedente reports. **Inadequação da leitura proposta no recurso:** A interpretação defendida pelo recurso viola um dos princípios básicos da coesão textual: o pronome tende a retomar o referente sintaticamente mais saliente e discursivamente mais proeminente, que, no caso, é reports, e não inconsistencies. A leitura de que: “they were later validated” se refira a inconsistencies exigiria reestruturação explícita da frase ou algum marcador de mudança de referente, o que não ocorre no texto. Sem esse marcador, a retomada de um objeto interno em detrimento do sujeito precedente não é a leitura preferencial nem natural da língua inglesa. Além disso, semanticamente, “reports were later validated” é uma construção plenamente aceitável e frequente no discurso acadêmico, significando que os relatórios, após correções e verificações, foram finalmente homologados ou confirmados — o que explica de forma lógica por que as inconsistências não comprometeram a avaliação final. **Inexistência de ambiguidade relevante:** Embora, em tese, ambos os substantivos sejam plurais, a gramática do discurso elimina a ambiguidade pela hierarquia sintático-temática: reports é o tópico e o sujeito; inconsistencies é complemento interno do predicado. Logo, a alternativa (d) não representa a interpretação mais adequada, e tampouco se configura dupla possibilidade de resposta correta.

QUESTÃO 34: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece provimento. **Interpretação correta da cadeia possessiva:** A construção: “The teacher’s mentors’ feedback” corresponde a uma estrutura perfeitamente gramatical e legítima do inglês, na qual ocorre uma cadeia possessiva



hierárquica: teacher's → especifica de quem são os mentores; mentors' → indica quem é o possuidor do feedback. A leitura resultante é clara e regular: o feedback proveniente dos mentores do professor. Essa é exatamente a interpretação apresentada na alternativa (b).

Sobre a alegada ambiguidade: É correto afirmar que cadeias possessivas extensas podem gerar opacidade interpretativa em certos contextos discursivos — e por isso recomenda-se, em registros formais, o uso de paráfrases com of-phrases. Contudo, potencial estilístico de ambiguidade não equivale a agramaticalidade nem a indeterminação semântica no caso concreto. Na frase apresentada, a relação de posse é linear e semanticamente natural: feedback ← dos mentores ← do professor. Não há leitura alternativa plausível que inverta essa hierarquia ou produza sentido distinto sem violentar a estrutura sintática da língua. **Inadequação das demais alternativas:** (a) descreve relação inexistente na estrutura; (c) é factualmente falsa, pois a construção é gramatical; (d) é incorreta, pois a frase admite leitura coesa e plenamente interpretável. A única alternativa que corresponde ao funcionamento real da estrutura é a (b).

QUESTÃO 35: Recursos INDEFERIDOS.

O recurso não merece provimento. De fato, o verbo comply exige, conforme a norma da língua inglesa, a preposição with. Entretanto, o comando da questão não se limita à escolha isolada da preposição, mas exige que a construção como um todo respeite as restrições lexicais do verbo.

E é exatamente aí que a alternativa (d) falha. Embora comply realmente exija a preposição with, sua restrição lexical não admite gerúndio como complemento. A construção normativa é: comply with + noun / rule / request / regulation, e não comply with + V-ing. Forma correta seria, por exemplo: The team complied with the requirement to review the entire dataset. Portanto, apesar da preposição estar correta isoladamente, a regência verbal completa da expressão está violada, o que torna a alternativa D inadequada frente ao comando da questão.

QUESTÃO 36: Recursos INDEFERIDOS.

Os recursos interpostos não merecem provimento. **1. Valor semântico de whereas no enunciado da questão:** O período apresentado: “She revised the draft thoroughly, whereas the committee moved on without further discussion.” emprega a conjunção whereas em seu valor primário e prototípico de contraste, conforme descrito pelas principais gramáticas do inglês (Quirk et al.; Huddleston & Pullum; Biber et al.). Nesse contexto, whereas estabelece uma oposição entre dois comportamentos ou ações colocados em paralelo, exatamente como formulado na alternativa (c): oposição contrastiva entre ações simultâneas. A noção de simultaneidade não se refere a cronometragem de eventos, mas ao fato de que as duas ações são apresentadas no mesmo plano temporal-discursivo, em correlação direta dentro de uma única estrutura sintática de contraste. Trata-se de simultaneidade discursiva e estrutural, não de simultaneidade cronológica estrita — uso plenamente consagrado na descrição semântica de construções contrastivas com whereas. **2. Inadequação das interpretações alternativas** Alternativa (d) — leitura causal A conjunção whereas não codifica relação causal no inglês contemporâneo padrão. Qualquer leitura causal proposta nos recursos constitui inferência pragmática subjetiva, não valor semântico da conjunção na estrutura apresentada. O período não expressa:



causa, consequência, justificativa, nem relação explicativa. Ele simplesmente contrapõe duas atitudes: revisão minuciosa × encerramento rápido da discussão. Inserir causalidade nesse encadeamento significa atribuir ao texto informação que ele não veicula. **3. Sobre a alegada polissemia e ambiguidade** O uso de *whereas* como cláusula preambular em documentos jurídicos (“Whereas, ...”) constitui registro específico, formal e institucional, que depende fortemente de marcação de gênero textual — absolutamente ausente no enunciado da questão. No período apresentado, *whereas* opera em seu emprego clássico e não-marcado de conjunção contrastiva coordenativa. Sem indicação de gênero jurídico, normativo ou preambular, não há base técnica para deslocar seu valor semântico para leitura justificativa ou causal. Portanto, não existe ambiguidade relevante para fins de avaliação objetiva.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESPANHOLA
(Conhecimentos específicos)

QUESTÃO 34: Recursos INDEFERIDOS.

A alternativa A é, de forma inequívoca, a resposta correta da questão, por corresponder às características clássicas e amplamente consolidadas do modernismo hispano-americano, especialmente na obra de Rubén Darío, seu principal expoente. O referido movimento literário distingue-se justamente pela busca da musicalidade do texto, pelo refinamento formal, pelo uso frequente de imagens sensoriais e simbólicas e por um acentuado cosmopolitismo estético, inspirado nas correntes simbolistas e parnasianas europeias. Esses elementos configuram o núcleo conceitual do modernismo hispano-americano e são reconhecidos de forma pacífica pela crítica e pela historiografia literária. A alternativa C, ao mencionar “engajamento político direto e denúncia social”, descreve características próprias de movimentos literários posteriores ou de outras vertentes estéticas, como o realismo social e determinadas fases da literatura de vanguarda, não se aplicando ao modernismo hispano-americano em sua configuração original. Ao contrário, tal movimento privilegiava a autonomia da arte, a elaboração estética e, muitas vezes, uma postura de afastamento da realidade social imediata. Dessa forma, mantém-se a correção do gabarito na alternativa A, não havendo fundamento teórico ou histórico que justifique a indicação da alternativa C como resposta mais adequada.

QUESTÃO 35: Recursos DEFERIDOS para anulação da questão.

Assiste razão ao recorrente. Embora a alternativa A descreva corretamente, em termos técnicos, a situação sociolinguística do Paraguai — frequentemente caracterizada como um caso de diglossia estável, com o espanhol e o guarani desempenhando funções sociais diferenciadas —, o conteúdo exigido pela questão extrapola os limites objetivos do conteúdo programático previsto no edital. A questão demanda conhecimento específico de política linguística e sociolinguística de um país estrangeiro, notadamente sobre a condição funcional do guarani em relação ao espanhol no Paraguai, tema que não se encontra expressamente contemplado no programa. Conforme o conteúdo programático apresentado, a área de Linguística limita-se a: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe,



semântica e pragmática da língua espanhola; gramática normativa; variações linguísticas e dialetos regionais no âmbito dos países hispânicos; aspectos socioculturais, históricos e culturais, sem qualquer menção a políticas linguísticas, diglossia, bilinguismo institucional ou status jurídico-funcional de línguas cooficiais. A noção de diglossia, especialmente aplicada ao caso paraguaio, pertence ao campo específico da sociolinguística aplicada e da política linguística, área de conhecimento que não foi expressamente prevista no edital e cuja exigência, portanto, viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Assim, ainda que a alternativa A seja tecnicamente adequada em termos teóricos, a exigência desse conhecimento configura inovação indevida de conteúdo, comprometendo a isonomia entre os candidatos e a legalidade da avaliação. Diante disso, impõe-se o reconhecimento da nulidade da questão, por extrapolação do conteúdo programático, com a consequente anulação do item.